**SENADO FEDERAL**
**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

**32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,**
**REALIZADA NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 26 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa de leitura da aprovação da Ata da reunião anterior. Senhores Senadores que concordam, queriam permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Comunico aos membros desta Comissão nós recebemos o seguinte documento do seu conhecimento. Mensagem número 169 de 2007, número 724 na origem de 4 de outubro de 2007. Encaminhado nos termos do inciso 2, artigo 7, da lei 9.069/95 o demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de agosto de 2007, as razões dela determinantes e a posição de reservas internacionais em área vinculada. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Nós temos também alguns Requerimentos na Mesa, trataremos disso depois da Audiência Pública. Nosso primeiro ponto de pauta é a Audiência Pública com a presença do Dr. Fábio Colete Barbosa, Presidente da Federação brasileira de Bancos, FEBRABAN, a fim de discorrer sobre as tarifas bancárias em atendimento ao Requerimento número 31 de 2007 desta Comissão, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Flexa Ribeiro. O convidado já se encontra no Plenário da Comissão e solicitaria que o Dr. Fábio Colete Barbosa, Dr. Gabriel Jorge Ferreira que é Presidente da Confederação Nacional de Instituições Financeiras, comparecesse aqui a nossa Mesa. Doutor Gabriel. Nós vamos proceder a Audiência que foi motivo de, esse tema surgiu numa Audiência Pública que nós tivemos com o Presidente Ministro Henrique Meireles do Banco Central do Brasil onde alguns Senadores expressaram as suas preocupações com o número excessivo e com valores exorbitantes de tarifas de serviço bancários e naquela ocasião nós tomamos a iniciativa de convidar a FEBRABAN como representação das Instituições Financeiras do Brasil e a confederação nacional de instituições Financeiras para exporem a visão do setor sobre essa tema que hoje preocupa bastante os consumidores, tem sido um tema bastante presente na imprensa brasileira.

Eu queria também, a título desta Audiência, agradecer, na figura do Presidente David Falcão, Presidente do sindicato nacional dos funcionários do Banco Central do Brasil, o Sinal, que ele encaminhou um conjunto de considerações elaborados pelo sindicato dos funcionários do Banco Central sobre o tema das tarifas bancárias. São argumentos bastante relevantes e fundamentados e que eu peço a nossa assessoria que distribua para os Senadores que eu tenho certeza que poderá ser uma referência importante na discussão que nós vamos ter hoje em torno das tarifas bancárias. Nós faremos as exposição, o senhor Fábio Barbosa poderia dispor do tempo que for necessário, sugerimos alguma coisa em torno de 20, 25 minutos para fazer a exposição inicial e após a sua exposição nós iniciaremos, então, a argüição dos senhores Senadores. Quero agradecer a presença do Dr. Fábio Barbosa, do Dr. Gabriel, e tenho certeza que esse é um tema de grande interesse da sociedade brasileira, o sistema financeiro brasileiro hoje é um serviço que grande maioria da população tem acesso, inclusive, aqueles que não tem, tem tido um esforço grande de bancalização da população de baixa renda, vários programas então em curso e de fado as tarifas bancárias tem representado um ônus aos clientes das instituições financeiras e esse tema precisa ser bem debatido, esclarecido, e tenho certeza que essa Audiência Pública cumprirá essa papel. Então, com a palavra Dr. Fábio Barbosa.

**SR. SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Obrigado Senador Presidente, Senador Aloizio Mercadante, agradeço o convite e a oportunidade de participar dessa Audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, iniciativa de V.Exª. e do Senador Flexa Ribeiro. Agradeço também aos Senadores presentes, é uma honra está aqui no Senado Federal, e poder discutir um pouco Brasil a questão da tarifas bancárias. Antes de dar início a apresentação, eu gostaria de destacar dois pontos: Primeiro reforçar que nós valorizamos a idéia de dar transparência, dar transparência sempre a tudo e dar transparência, portanto, também a questão das tarifas. O Banco Central e o Ministério da Fazenda tem também prestado bastante no sentido de buscar cada vez mais a transparência na questão das tarifas e a própria FEBRABAN já tem isso como uma iniciativa dentro do contexto da auto-regulação. Eu, quando tomei posse, em abril de 2007, coloquei dois grandes objetivos e um deles era justamente implementar a auto-regulação que já havia sido definida em gestões anteriores e inclusive, constava do estatuto e agora eu entendi em ser o momento de colocar isso no ar e, portanto, temos trabalhado bastante no sentido de colocar informações e disponibilizá-las num site que permite a comparabilidade das tarifas.

Então, o primeiro aspecto que eu destaquei foi a questão da transparência. O segundo aspecto que eu queria destacar é a questão da valorização do diálogo. Entendemos ser importantíssimo e eu valorizo essa oportunidade de estar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos para discutir isso. E também com uma das metas estabelecidas no plano da FEBRABAN para essa minha gestão está a criação do Conselho

Consultivo que é um Conselho onde incluiremos outros setores da economia para que possamos debater as implicações, das mexidas, enfim, do que é necessário se fazer no sistema financeiro para que a economia como um todo possa crescer. Com transparência e com diálogo certamente vamos poder trabalhar nos focos dos problemas e procurar resolvê-los aplainando o caminho. Eu destaco que essa Casa, o Congresso, o Senado tem sido, tem tido papel fundamental nesse processo de abrir caminho para que o setor financeiro desempenhe o seu papel e aí eu dou o contexto para essa apresentação. Ao final das contas, o que é o papel do setor financeiro? O setor financeiro tem duas grandes famílias, por assim dizer, de serviços prestados. Primeiro a intermediação financeira, onde protege e remunera a poupança, concede crédito ao consumo e a produção para o investimento e busca alocação eficiente de recursos na economia. E outra família de produtos é a questão de prestações de serviços. Tem de todos os serviços de pagamento e recebimentos, administrações de recursos, operações de câmbio, enfim, uma série de bastante grande de serviços prestados sobre os quais falaremos. É fazendo isso bem feito que o setor financeiro agrega valor para a economia e permite que a economia possa ter o crescimento nos vários setores agregando valor nos vários segmentos. Como tem sido o desempenho do setor financeiro nos últimos cinco anos, seis anos?

E é isso que eu passo a mostrar agora na segunda parte da apresentação. Crescimento do crédito foi de 154% de 2001 a agosto de 2007, contra um crescimento nominal do PIB 90%. Ou seja, tem crescido bastante o crédito e tem crescido principalmente, como aparece ali na parte debaixo, nos recursos que a gente chama de recursos livres, ou seja, ele cresce no total, ele cresce nos recursos livres mais do que no chamados recursos direcionados. Isso tem levado ao crescimento da relação crédito PIB. A relação crédito PIB que era de 25% de 2001, agora está em 33% do PIB, e isso tem sido importante alavancador do crescimento econômico. Se compararmos com outros países, se compararmos com outros países nós vamos ver que o percentual de crédito em relação ao PIB no Brasil ainda é bastante baixo. Esses números são de 2005 a fim de que eu pudesse ter a comparação com os demais países, mas eu queria destacar duas coisas: Primeiro que existe uma co-relação muito aceita entre o desenvolvimento econômico e a relação dívida PIB, os países que tem a maior relação crédito em relação ao PIB são os países que tem tido o maior nível de desenvolvimento. E destacar também que o Brasil aparece numa figura bastante baixa ali, mas largamente isso de deve ao fato de o crédito imobiliário no Brasil representar um percentual muito pequeno, por volta de 3% do PIB, quando em alguns mercados chega a 60, a 70% do PIB. Portanto, estamos atrás, estamos crescendo, mas estamos muito defasados, a maior defasagem ainda está na questão do crédito imobiliário. E como andam as taxas de juros? Segundo dados do Banco Central a taxa cobrada de pessoas físicas, que é o primeiro que aparece ali em cima, tem

caído nos últimos anos, de 83 para 46% e caiu também pessoas jurídicas. Mas eu queria destacar que essa queda, na verdade, ela acaba sendo distorcida por duas outras variáveis. Primeiro é a questão dos prazos, no quadro debaixo aparece claramente que os prazos hoje são muito mais longos do que eram à questão de cinco anos atrás. Portanto, prazos mais longos representariam taxas de juros mais altas, essa é a tendência no mercado, ou seja, a média fica um pouco elevada, puxada para cima em função dos prazos mais longos. Um outro fator é que o setor financeiro tem agora conseguido trabalhar com um número muito maior de empresas e de pessoas físicas do que fazia no passado.

A comparação, portanto, de uma média de taxa de juros, ela esconde essa segunda variável que é o fato de que muito mais empresas tem tido acesso a crédito hoje do que tinha no passado, são empresas em geral, empresas que ia anteriormente, e pessoas físicas também tem tido muito mais acesso ao crédito. Então, essas duas variáveis puxam a média para cima, apesar disso a média tem caído. E uma coisa importante que nós vamos falar mais para frente que é a questão que cada vez que a gente trabalha com empresas menores, mais importante, é termos informações e um dos projetos que está sendo analisado nesta Casa é justamente a questão do cadastro positivo, que terá um papel importante no sentido de dar mais informações para o setor financeiro. O crescimento do crédito tem acontecido não apenas para pessoas físicas, como tem sido mais expressivo, mas também no comércio e na indústria, lembrando que a indústria que aparece ali com crescimento menor na ordem de 90%, em muitos casos grandes indústrias tem conseguido financiamento no mercado de capitais diretamente através de emissão de ações, ou emissão de papéis e dívida, ou mesmo no mercado internacional. De qualquer maneira o crescimento é expressivo e ele contempla todos os segmentos da economia.

Se olharmos também em termos de produtos, tem havido um crescimento em todos eles, mais marcadamente em veículos e crédito pessoal, e crédito pessoal, de certa maneira estamos falamos também do consignado onde o crescimento tem sido mais expressivo. Crescimento em cartões é grande, mas a base é pequena e cheque especial que sempre atrai muita atenção representam um percentual relativamente baixo do total de crédito, menos de, por volta de 6, 7% e tem tido um crescimento também inferior as demais modalidades, que na verdade são mais interessantes para o tipo de financiamento que o cliente busca.

Na parte debaixo desse gráfico a gente destaca que tem havido um crescimento maior na concessão de crédito para empresas nos valores menores, ou seja, confirmando aquilo que eu havia dito de que hoje nós temos mais empresas com acesso a crédito do que tínhamos no passado. A se destacar ainda na questão da evolução do sistema financeiro nos últimos anos, além do crescimento do crédito a que me referi até agora, a questão do atendimento, uma base de clientes, são cento e três milhões

de clientes, tendo aumentado 44% nesse período desde 2001, a base de cento e trinta e quatro mil postos de atendimentos, pontos de atendimento, vinte e sete milhões de clientes via internet, são 210%, a questão de trinta e sete bilhões de operações, tendo crescido 22% nos últimos dois anos. Ou seja, cresceu a questão do crédito, como eu destaquei, cresceu também o volume de operações, o número de clientes, base de cartões, número de transações, ou seja, o setor financeiro tem tido bastante, um crescimento bastante importante apoiando e estimulando com isso o crescimento econômico.

Passo agora ao terceiro item da apresentação, eu falei sobre o papel dos bancos, falei sobre a questão do panorama 2001 a 2007, falo agora da receita dos serviços e listo aqui, não para explorar cada uma delas, mas listo os vários serviços prestados pelo setor financeiro. Desde administração de fundos, manutenção de contas correntes, serviço de cobrança e a própria, lá embaixo, operações de emissões de títulos e ações. Por que faço isso? Porque na linha onde aparece nos relatórios dos bancos, serviços, ou Receitas de serviços, lá está não apenas a manutenção de conta corrente, mas também os valores referentes as operações de emissões de títulos e ações. Ou seja, ali está misturado pessoas físicas e pessoas jurídicas, operações de pequeno porte, operações de grande porte, tudo isso aparece nessa receita de serviços e, portanto, temos que entender um pouco melhor.

Se olharmos no próximo slide é uma comparação interessante que fizemos um estudo, se pegarmos essa receita de serviços nos últimos seis anos deflacionado e, considerado a evolução que temos na base de clientes, o número fica razoavelmente estável. O que eu quero dizer é que essa linha de receita de serviços, ela tem uma certa distorção por ter ali também tarifas ligadas a grandes operações e grandes empresas, mas também tem uma evolução importante na base que clientes e também levando em consideração uma deflação, ou seja, não usar os valores nominais, mas deflacionados, a gente vai ver que não teve um aumento, por assim dizer, unitário relevante, aliás, não teve um aumento unitário, tem se mantido estável, eu acho que importante esse aceito conceituo que a gente sempre fala do crescimento, mas em termos de arrecadação concreta, não tem dito um crescimento que tem havido na verdade é uma certa está estabilidade, o que tem havido assim é uma base de clientes cada vez maior e um número de operações também não necessitadamente ligados a pessoa física cada vez maior. Uma pesquisa feita pelo IBGE e que retrato aqui, aparece o percentual da renda familiar destinado ao pagamento de tarifas, percentual que vai de 0,1 a 1%, dependendo do nível de renda, mostrando também uma maior utilização do sistema financeiro a medida que a renda aumenta. Eu escolhi ao acaso e no anexo os senhores outras faixas de renda, mas na renda de seiscentos reais a mil reais, ali aparecem que são 2,2 reais gastos com tarifas bancárias aparecendo em 15º lugar, numa lista feito num trabalho, volto a dizer, preparado pelo IBGE. E quanto representa as Receitas

Distrito Federal serviços dos bancos em relação ao total? Não tem se mantido com aquelas distorções que eu já chamei atenção, tem se mantido por volta dos 33% e isso se a gente olhar no próximo slide, 33% é a média brasileira, no caso americano isso tem subido bastante, já está por volta de 40, 45%, e em outros países, mundo a fora, as Receitas de serviços sobre o total de Receitas também varia 30, 40%, ou seja, não tem nenhuma distorção grande, face ao que acontece em outros mercados. Então, isso dá um pouco panorama da questão das tarifas o aumento no volume de transações, o aumento da base de clientes e, portanto, o crescimento naquela linha de Receitas de tarifas, que deflacionado e ajustado para esse aumento na base de clientes mostra um número bastante estável.

Aproveito para destacar aqui a questão da rentabilidade do setor e numa comparação uso aqui dados do jornal Valor Econômico, na publicação valor financeiro, rentabilidade setorial do Brasil em 2006, o setor financeiro aparece enfim, com a rentabilidade forte como tem sido através dos anos, mas bastante dentro daquilo que se observa em outros setores. Se a gente olhar no próximo slide onde aparece a evolução do lucro, vamos ver que a evolução do lucro dos bancos de 2001 até junho de 2007 não difere da evolução dos lucros que aconteceu em empresas não financeiras levando-se em consideração que temos médias tanto em cima ruim, em baixo existem empresas individualmente que podem ter um crescimento maior do que aquela média naturalmente, assim, também no caso dos bancos, mas essa é a média.

Se olharmos de uma outra ótica na questão ainda na rentabilidade, o Brasil apresenta sim, um total de custo operacional razoavelmente alto em relação aos artigos totais e por que isso acontece? Isso acontece porque no Brasil os bancos prestam uma série de serviços, o que não acontece em outros países. Toda a questão de pagamento e recebimentos de contas públicas, concessionárias, privadas, arrecadação de impostos, é tudo feito dentro do sistema financeiro, o que não acontece em geral em outros países, razão pela qual o Brasil aparece ali com um percentual maior de despesas em relação ao total de ativos do que a comparação com outros países. Se olharmos como isso tem evoluído a relação entre despesa/receita tem melhorado, já chegou a 89, 69%, trabalha por 57%, a média do mundo dependendo varia, varia de país a país, mas um número de 50, 60% é mais ou menos o que se observa.

Eu queria destacar e isso aparece no quadro ali em baixo, que de acordo com dados do próprio Banco Central, o total de funcionários ligados ao setor financeiro, incluindo aí terceirizados, estagiários e outros, subiu de 430.000 para 519.000, ou seja, tem havido um aumento no número total de funcionários ligados ao setor financeiro.

Falo agora da solidez do sistema financeiro, dado importante. Cresceu 124% o patrimônio líquido, mas mais importante o índice de capitalização dos bancos tem se mantido em 19% e eu vou destacar em

direção ao final dessa apresentação a relevância de termos a solidez que dá ao setor financeiro a condição de respaldar o crescimento econômico.

Concentração bancária me encaminhando aqui para os dois últimos comentários, a concentração bancária nós temos que o setor financeiro no Brasil os três maiores bancos representavam no final de 2006 alguma coisa com 43% do total de ativos, que se compara com outros países, como o México, Canadá, Chile, 54, 52, 50%, e quando olhamos apenas os 5 maiores bancos no total de ativos, temos também 61% e em outros bancos observamos uma concentração bancária bastante maior. O que agrega um sistema financeiro, um sistema bancário forte? Por que isso é importante? O primeiro é alicerce para financiar consumo, produção, e estimular o crescimento econômico. Isso é fundamental que os bancos também sejam grandes como aparecem no segundo ponto, para dar suporte ao crescimento da indústria no Brasil. As empresas cada vez fazem investimentos maiores, cada vez buscam, inclusive, acessar o mercado internacional e só poderão fazer isso se tivermos um sistema financeiro forte. Eu queria lembrar que isso sempre foi uma tendência no mundo, assim foram com os bancos ingleses, os bancos americanos, os bancos japoneses e agora observamos também que os bancos chineses, e um dado que me chamou atenção, é que entre o seis maiores bancos do mundo por valor de mercado, três são chineses, atualmente. O que mostra que uma economia, na verdade, não pode prescindir de um sistema financeiro que lhe dê respaldo para o crescimento.

O terceiro item que eu coloco ali é que reduz a percepção do risco soberano e destaco aqui a importância que tem um sistema financeiro forte e nós aqui no Brasil pudemos ver isso, agora durante o mês de julho, agosto, com a crise no mercado norte americano, da importância que teve o fato do setor financeiro no Brasil ter considerado estável e forte de maneira que não houve qualquer tipo de preocupação com relação a nossa capacidade de absorver  a crise, além de, obviamente, muitas virtudes vinda na própria política econômica e da reservas internacionais, mas a se destacar também que na própria Inglaterra houve um série de preocupações com relação a determinadas instituições.

O sistema financeiro forte, bancário forte, permite o investimento em capilaridade e bancalização, são 103 milhões de brasileiros que hoje tem acesso ao sistema financeiro, é um número bastante maior, eu mostrei que cresceu 44% em relação a cinco anos atrás e isso é importante que essa bancalização também tem a ver com cidadania, também tem  a ver com direitos e transparência. Preserva a continuidade da execução da política monetária nacional e viabiliza praticamente todo o sistema de pagamentos e arrecadação de impostos do país com segurança. O Brasil é um dos poucos países, senão o único, onde o pagamento pode ser feito basicamente no mesmo dia e em todo território nacional através de cheques compensados, e isso é já de algum tempo, e isso dá uma agilidade para a economia que é muito importante e não

poderia ser feito sem os investimentos que e setor bancário tem conseguido manter nesse sentido.

Destaco, por fim, o apoio do Governo e do Congresso ao crescimento do crédito que tem sido expressivo, beneficiando toda A economia e a sociedade. Eu destaco isso porque eu acho importante lembrarmos que existem sim, gargalos, existem muitas coisas a serem melhoradas, em todo, seja por parte dos bancos, seja por parte dos arcabouços Jurídicos, enfim, todo os setores envolvidos, eu acho que é importante a gente sempre debater, como eu costumo dizer, com a luz acesa, e identificar aonde estão os problemas para que a gente possa tratar daqueles problemas. E ao desobstrui aquele gargalo, a gente consegue de fato que o mercado reaja e a economia positivamente impactada por isso. Os exemplos que eu listo aqui, a questão da alienação fiduciária, questão do incontroverso, leis aprovadas no ano de 97, 2002, patrimônio de afetação em 2004. Esses três eu li o primeiro o segundo e o quarto aqui, tiveram impacto muito grande na questão do crédito imobiliário.

Vivemos hoje um crescimento da ordem de 25% ao ano no crescimento do crédito, tem tido um impacto bastante grande na construção civil e isso só foi possível porque arcabouço jurídico foi bem trabalhado e com isso, determinados gargalos que impediam o crescimento desse setor acabaram por permitir um crescimento bastante pujante. A introdução do próprio crédito consignado teve um impacto bastante grande dando acesso a muitos, a muitas pessoas físicas, acesso a crédito, a prazos mais longos e as taxas mais baixas, justamente em função de uma estrutura de garantia que permitiu que isso fosse feito.

A lei da recuperação de empresas, também chamada lei da falência, também foi uma aprovação importante que permitiu que o crédito para empresas também começasse a funcionar de uma maneira muito mais ágil. E deixo aqui em andamento a questão do cadastro positivo de crédito, até porque destaco que o cadastro positivo permitirá um melhor conhecimento da situação financeira, enfim, de pessoas e empresas, e com isso a gente teria condições de trabalhar com um nível de risco menor e uma precificação mais adequada. Essas seriam as mais considerações iniciais, tendo destacado, eu deixei no material que está distribuído aos senhores Senadores um série de anexos onde eu destaco o crescimento do financiamento do crédito consignado, veículos, crédito mobiliário, o qual eu não repassarei aqui. Essa basicamente a minha mensagem, Sr. Presidente. Eu me coloco aqui a disposição para responder as perguntas dos senhores. Muito obrigado pela oportunidade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Agradeço ao seu Fábio Barbosa, perguntas Dr. Gabriel, deseja também fazer uso da palavra nessa fase preliminar?

**SR. GABRIEL JORGE FERREIRA:** Obrigo Presidente, obrigado, vamos deixar o espaço livre para o debate, obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Para o debate. Agradeço a exposição, a íntegra das transparências, já estão a disposições dos senhores Senadores. Vamos agora a lista de escritos para a argüição: Primeiro é o Senador Flexa Ribeiro que comigo é o autor do Requerimento de, para esta Audiência, Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, Senador Aloizio Mercadante, senhor Fábio Barbosa, Presidente da FEBRABAN, seu Gabriel Ferreira, Presidente da confederação nacional das Instituições Financeiras. Senhoras Senadoras, senhores Senadores. A Audiência Pública de hoje traz à discussão na CAE um assunto da maior relevância para a sociedade brasileira que tem como ponto de discussão a questão sobre o custo das tarifas bancárias, custo dos serviços bancários a que está sujeita toda a sociedade brasileira em função hoje de que praticamente todo o processo financeiro, todo o processo de pagamento, como o próprio V.Sa., na sua exposição fez ressalvar, de que é hoje feito através da intermediação dos bancos. Seja para pagar impostos, para pagar contas públicas e mesmo compromissos particulares. Então, o que se verifica é uma reclamação permanente da sociedade com relação a elevação dos gastos com essas tarifas bancárias. Até porque, elas aparentemente de valores não tão expressivos, quando olhadas de forma individualizada, elas na somatória do gasto mensal, elas passam a ter uma importância na despesa familiar. V.Sa., mesmo numa das suas transparências, coloca como o custo das tarifas bancárias representando 1% do gasto de uma família brasileira de renda média. Ora, e tem a posição como se não me falha a memória, estou procurando aqui a transparência, a 15ª posição de gastos. Nós não vamos poder comparar o gasto com alimentação, com a habitação, com aluguel, com o transporte, com vestiários, com a questão das tarifas bancárias. Não é? Nós evidentemente não somos contra a cobrança da tarifa, como era no passado, os próprios bancos aceitavam do pagamento dos seus usuários dessas tarifas, mas também não podemos deixar de esclarecer, Senador, Presidente Aloizio Mercadante, de que houve realmente uma elevação bastante significativa do custo desse serviço a ser absolvido pela sociedade brasileira. Os números que V.Sa. Colocou aqui nos induzem a raciocinar de que o aumento da receita da cobrança das tarifas bancárias se deve ao aumento dos correntistas e não em função da elevação das próprias tarifas. O que nós temos dados conclusivos do Banco Central nos levam a avaliar que as tarifas tiveram um aumento de 94 a 2006 de 800% quando a inflação no período foi de 170% e o crescimento percentual das tarifas sobre a receitas dos bancos, de 6,5% em 94, para 20% em 2006. Então são números expressivos. Eu perguntaria um outro dado aqui importante também, Dr. Fábio, Dr. Gabriel, é que as tarifas sobre as despesas com pessoal, que em 94 era de 26%, em 2006 passou a 130%. Então o primeiro questionamento que eu gostaria de esclarecer é se hoje a arrecadação da cobrança das tarifas por serviço bancário, ela

sustenta o pagamento da folha de empregados do sistema financeiro? Ou seja, se o que é hoje arrecadado com a tarifa banca o custeio do sistema financeiro? Uma outra questão, vou concluir, é que essas tarifas bancárias, ela no Brasil, elas na América latina só perdem para a México, elas tem valores superiores a qualquer outro país da América latina só perdendo para o México.

Já se discutiu aqui algumas vezes a questão de tabelamento de tarifas, eu particularmente sou contra, eu acho que mercado é que deve regular esses preços. Só o que nós estamos verificando é que o mercado está sendo incapaz, não está tendo condições de fazer a regulação que o mercado, a regulação dessas tarifas porque os bancos, eles, apesar de terem a condição de alterar o valor da tarifa com aviso antecipado de 30 dias, eles não tem tido, dentro da disputa de mercado, não tem tido uma redução gradual por parte da cobrança dessas tarifas. Há alguns bancos que propõem, inclusive, uma redução gradual até chegar a tarifa zero, mas como contrapartida de também por parte do correntista, de depósitos, de movimentação, que possam vir a cobrir esses custos. V.Sa. acharia de que qual seria a forma mais eficaz para que a sociedade pudesse ser menos penalizar por essas cobranças de tarifas bancárias, já que o mercado não está tendo capacidade de regulá-las?

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Podemos então, encerrou a argüição?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro pela argüição e agora passo a palavra ao senhor Fábio Barbosa.

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Senador Flexa Ribeiro, muito obrigado pelas colocações. Eu vou responder a primeira pergunta, vou pelo menos tentar. A sua primeira pergunta foi bastante direita com relação se a arrecadação susto tenta a folha, foi indicado um número de 130% das receitas ou 130% da despesa do pessoal, seria representado por Receitas de serviços. Queria só destacar, eu não tenho um número exato aqui, mas acredito que possa estar por volta disso, mas apenas destacar que os custos ligados a prestação de serviços hoje extrapolam em muito a questão da folha de pessoal. E eu destacaria pelo menos dois fatores se o senhor me permite: Primeiro a questão da certa terceirização, algumas despesas que aparecem como por outros prestadores de serviço, questão de transporte, questão de vigilância, questão de outros custos inerentes a atividade financeira, mas que não necessariamente estão dentro da despesa de pessoal por assim dizer. E segundo, talvez mais importante, a questão dos investimentos em tecnologia.

Cada vez mais o investimento é feito em sistemas, sistemas que permitem a conveniência de se utilizar o banco através da internet, que permitem utilizar o banco através dessas máquinas todas de saque

automático e que permite ao cliente ter mais de 100.000 pontos de atendimento. E isso só tem sido possível graças ao investimento em tecnologia. Então a comparação simplesmente com a folha de fato chega aos números que V.Exª. apresentou, porém, eu acho que seria mais correto se a gente olhasse o total de despesas, chamadas despesas não financeiras, em cujo caso o total de Receitas de serviços representaria por volta de 65 a 75% desse custo total.

O senhor faz algumas colocações, permitir, é só um comentário rápido, de fato a comparação com relação ao total de tarifas que era observado em 94 deve representar um percentual bastante grande, até porque, antes de 96, praticamente, a cobrança de tarifas era muito baixa. A remuneração se dava muito mais através do famoso *float*(F), ou seja, aquele ganho inflacionário, que eu acho que não dava a devida transparência com relação ao tipo de relacionamento que existia entre o cliente e a instituto ação financeira. Eu acho que a tarifa teve o mérito de restabelecer uma transparência, quanto se cobra por um determinado serviço. E eu a partir daí gostaria então de defender um pouco essa idéia de que eu acho que em direção a resposta, a segunda pergunta feita por V.Exª, a questão da transparência. Nós temos feito um trabalho, é inicial, tem distorções, precisamos melhorar, mas nós temos feito um trabalho bastante grande para que a gente possa dar transparência a quais são os serviços prestados.

Nós apuramos em estudo feito na FEBRABAN que eram 46 as tarifas que demandavam mais informações ou que causavam algum desconforto, ou que eram usadas com mais freqüência. E essas 46, 46 serviços, por assim dizer, nós colocamos agora num site para deixar a possível comparabilidade. Eu acho que existe aqui um reconhecimento com relação, inclusive, ponto destacado por V.Exª, de que não existia uma fácil possibilidade de comparação. A comparação hoje, num site, já está muito mais fácil, nós estamos padronizando a nomenclatura, padronizando o próprio texto que aparece nos extratos de maneira que o cliente tenha condição de ver, de uma forma simplificada o que cada banco cobra. Nós estamos refinando isso, isso começou há talvez dois, três meses atrás,nós estamos agora trabalhando para colocar cestas de serviço, porque V.Exª tem razão quando faz a colocação de que as tarifas postadas inicialmente, não necessariamente refletem aquilo que será cobrado, porque nós teremos determinadas condições em função do relacionamento, onde as tarifas poderão ser maiores, poderão ser menores, maiores não, poderão ser menores em função desse relacionamento, são as chamadas cestas de serviço e essa própria cesta a gente vai estar colocando de maneira que as pessoas [soa a campainha]possam acompanhar --.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Só pedir silêncio para que a gente possa acompanhar a apresentação.Obrigado.

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** -- Então, a cesta de serviço permitirá uma comparação das cestas de serviço vendo o que cada instituição oferece.

No momento são onze as instituições que estão colocando as suas tarifas, a gente vai aumentar isso, eu acho que isso dará maior transparência. Eu acredito que um caminho é justamente dar aos clientes a condição da comparabilidade em termos de nomenclatura, em termos de preço, em termos de um local, como é o caso desse site, que facilita não só para os clientes, mas também os PROCONS, os jornalistas, todos possam avaliar, fazer as suas recomendações, e isso estimular a concorrência entre as instituições. Então era esse os comentários que eu queria fazer em relação as duas perguntas, mas me coloco novamente a disposição, caso V.Exª queira que eu esclareça algo mais.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Vamos dar prosseguimento a argüição, eu como autor do Requerimento também me inscrevo a fazer a minha intervenção preliminar e passo a palavra ao nosso Vice-Presidente Elizeu Resende para assumir a presidência da Comissão.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG):** Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Eu começaria destacando um elemento muito positivo da apresentação que mostra o papel do crédito no impulso ao crescimento econômico. Então, nós estamos encaminhado aí para um crescimento econômico de 5% do PIB e tivemos aí nos últimos doze meses um aumento das vendas de automóveis de 27% e está aí apresentada a redução da taxa de juros, aumento de prazo, isso foi um papel fundamental, caminhões 34%, eletrodomésticos, as vendas cresceram 20%, cimento 15%, o que mostra o impulso na indústria da construção civil, e a crédito é um elemento decisivo para que nós possamos crescer sustentadamente e aceleradamente. Nós estamos muito longe de ter um padrão de financiamento semelhante aos países desenvolvidos. Quer dizer, os Estados Unidos tem um volume de crédito em relação ao PIB de quase 194%, quer dizer, quase duas vezes o PIB é crédito. O Brasil tem 28%. Então eu acho que essa Audiência tem como perspectiva no momento que o país caminha para ter grau de investimento, que houve uma série de aprimoramentos institucionais que ajudaram a ampliar o volume de crédito, nós precisamos reduzir o custo do crédito, é isso que vai ampliar as operações de crédito, é isso que vai dar chance o população, as empresas, os serviços, terem no financiamento uma condição fundamental das suas atividades.

Acho que o Congresso tem dado uma contribuição importante nesse sentido. Uma série de leis que foram citadas, afetação de patrimônio, mexemos, por exemplo, em imóvel, uma série de exonerações importantes, a lei de falências aqui, quero aqui render minha homenagem ao Relator e ex-presidente dessa Comissão Rames Tebit, foram uma série de contribuições que nós demos, que ajudaram a melhorar o volume de crédito. Eu acho que hoje nós estamos nos defrontando com mais um desafio que é a questão das tarifas bancárias. Desafio, por quê? Porque na medida que nós tivemos a estabilidade de um lado e tivemos a queda a taxa Selic de outro, quer dizer, o sistema deixou de ter no financiamento ao Estado uma motivação eu diria que sobrepunha a qualquer outra, o sistema financeiro vai ter que ampliar sua base de operações de crédito e para isso precisa reduzir custo. Eu fico muito feliz de colocar aqui o que cadastro positivo, eu havido que é um tema que nós poderemos pautar, é um tema de grande interessante e é voluntário ao cidadão e que vai ajudar a reduzir [ininteligível] e reduzir financiamento. Agora, tem coisas a fazer nas tarifas. Por quê? A primeira questão é que as tarifas hoje representam 56% das despesas administrativas dos bancos. Mais da metade das despesas está sendo financiada com tarifas e é mais de um terço das Receitas operacionais. Mais de um tem certeza das Receitas operacionais, em torno de 37%. Se nós reduzirmos o preço relativo das tarifas, nós vamos abrir espaços para que os bancos ampliem suas carteira de crédito, e tragam mais clientes, mais operações para esse tipo de prestação de serviço que é o que nós queremos. Onde está o debate, no meu ponto de vista? O Conselho monetário nacional, desde 96, desregulamentou esse tema e deu ao sistema, com prazo de 30 dias de antecedência ele anunciou ao cliente a tarifa, ele pode fazer alterações.

Eu não sei exatamente os dados, mas aquele trabalho da Câmara dos Deputados e o trabalho do SINAL mostra isso, do sindicato do Banco Central, houve um aumento da ordem de 130% do preço da tarifas nesse período. Não sei exatamente, o Flexa colocou uma outra, um outro valor, precisa ver qual é a base de dados para gente ter segurança. Mas é evidente que há um peso, eu diria maior, das tarifas bancárias nos serviço prestados e que os bancos, na hora que perderam o impostos inflacionário e caiu a taxa Selic, eles migraram aumentando as tarifas para manter a sua rentabilidade. E nós queremos avançar na redução do custo das tarifas para aumentar os serviço bancários.

Onde está o debate? Quando um setor é concorrencial quanto menos regulação, mais eficiência no serviço. Só que nos termos bancários brasileiro, e os dados e o Fábio, quando faz a apresentação, o Presidente da FEBRABAN mostra, a senhoria mostra que há uma tendência a concentração bancária, mais de 90% dos depósitos à vista no Brasil estão em dez bancos. Então essa concentração leva a uma oligopolização e leva a uma imposição de tarifas que está longe de ser um serviço competitivo. Aí compete ao estado regulamentar, regular. Então, ou o sistema realmente na auto regulação faz um esforço para reduzir tarifas e

portanto, e atender os clientes e a expectativa da sociedade, ou vai competir ao Governo e ao Congresso Nacional tomar medidas que coloquem limites e que regulem esses preços desse serviço. Eu acho que esse é debate que nós temos que fazer hoje nessa Comissão.

Eu sinceramente espero que o sistema financeiro tome medidas no sentido de reduzir os custos dos serviços. Aquele site que foi criado, ele portal STAR Foi uma tentativa com problemas, só tem onze instituições financeiras, que efetivamente estão oferecendo todos os serviços e ali o banco dá a informação que quer a responsabilidade é do banco, não é do portal. E sendo do banco as informações não são totalmente fidedignas, já dá exemplos, por exemplo, tem um exemplo recente de um banco que colocou lá cartão de crédito, tarifa zero. No entanto ele tem 70 modalidades de cartão e não é zero. Então tinha que estar ali, vai de zero a tanto. Então precisaria ter uma metodologia mais rigorosa de colocar esse serviço, para que o consumidor possa fazer a escolha e possa fiscalizar e eu espero que os sistema tome medidas no sentido de reduzir os custos. Eu dou um exemplo da abusividade. Por exemplo, o Ted, quando a gente, o Banco Central cobra 1,40 reais para fazer um Ted para o sistema financeiro. Os bancos cobram em média 14 reais. Se nós tivermos a internet, tivermos a automação bancária, nós tivermos uma redução brutal do custo de comunicação para essas operações e os bancos estimularem os clientes a utilizar os serviço automatizados e eletrônicos e é uma coisa que desonera o sistema porque o próprio consumidor, ele faz operações através da internet nos caixas eletrônicos.

Ora, isso tem que se traduzir numa redução de custo, numa redução de custo para a cliente e nós não sentimos isso na questão das tarifas. Então, eu basicamente queria fazer essas ponderações, eu acho que elas são necessárias para que a gente amplie a base de crédito, amplie o volume de crédito, e consiga com isso impulsionar ainda mais o crescimento e prestar serviços ao consumidor. Mas ou o sistema avança no sentido da auto regulação e consegue aumentar a eficiência e tomar medidas para reduzir os custos, ou o Governo e o Congresso Nacional terão que tomar medidas de regulação pelo nível de concentração bancária e pela dificuldade de atender o interesse dos consumidores.

Eu acho que é essa a provocação que eu faço e sinceramente espero que pela auto regulação seja possível nós avançarmos numa melhora das tarifas. Agradeço.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG):** Com a palavra o senhor Fábio Barbosa.

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Senhor Aloizio Mercadante, agradeço as suas colocações e eu gostaria de destacar que na verdade os interesses são convergentes. V.Exª. falou muito sobre a questão do crédito e eu vou primeiro falar rapidamente de crédito e depois eu falo das tarifas, se permite. Os interessantes são convergentes, é interesse da indústria, do comércio, das pessoas, enfim, da economia e, portanto, da

sociedade como um todo que haja mais crédito, esse também é um interesse do setor financeiro. A redução nas taxas de juros, seja através da política econômica, ou seja através da desoneração, ou das várias leis que foram aprovadas e que aplainaram o caminho, enfim, levaram a um crescimento substancial do crédito e como V.Exª destacou, está também como uns dos sustentáculos dos crescimento econômico que temos visto. Ainda muito pode ser feito e várias conversas tem sempre acontecido com relação a carga fiscal com relação ao crédito direcionado e com relação ao próprio arcabouço Jurídico e V.Exª. lembrou mais uma vez a questão do cadastro positivo que permitiria também que um número maior de pessoas fossem incorporadas a economia junto ao sistema financeiro, a questão do crédito, portanto, seria formalizada junto a essas empresas. Isso eu acho extremamente positivo e acho que todos trabalhamos na mesma direção e com a mesma agenda. Com relação as tarifas eu concordo plenamente com o senhor, eu acho que é muito bem colocada a questão da redução de tarifas.

Eu queria apenas fazer uma observação: Eu às vezes olhando para atrás, banco era uma coisa uma exclusiva, entrar numa agência bancária era uma coisa para muito poucos. Poucos podiam entrar numa agência bancária e sempre eram tratados de uma maneira com muita deferência. Hoje são 104 milhões, isso só foi possível porque houve uma redução bastante importante no custo de se transacionar com o banco, seja através de mecanismos como cartões de débito, a questão do auto atendimento, a questão da internet obviamente já para um público que tenha acesso a esse meio, reduziu significativamente o custo. Isso não quer dizer que não tenha muito a ser feito, V.Exª. tem toda razão, muito pode ser feito ainda, nós temos que trabalhar cada vez mais esse sistema a que o Senador Mercadante referiu, examinado stars, stars se refere a sistema de tarifas, daí o nome stars é um sistema que está disponibilizado na FEBRABAN para fazer a comparação e nós começamos há poucos meses atrás e podemos melhorar sim, a governança, estamos discutindo isso como fazer de maneira que seja uma fonte confiável de informações que permita ao cliente depois tomar as suas decisões com relação a qual instituição financeira melhor lhe serve em termos de conveniência, qualidade de serviço e preço que obviamente nesse pacote que ele tomará as suas decisões.

Eu acredito que ao trabalharmos cada vez com mais transparência, temos trabalhado também junto com as autoridades no sentido de dar essa transparência, permitir a comparabilidade, permitir a concorrência, a gente vai ter cada vez mais através da pressão dos consumidores, uma tendência de, enfim, de redução de mais concorrência. A gente observa isso já nos vários pacotes que são oferecidos pela instituições financeiras, mas reconhecemos que muito poderá caminhar na medida que haja cada vez mais transparência com relação ao tipo de serviço que está sendo prestado e ao tipo de tarifa que relacionada aquele serviço prestado.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Por favor, senhor Gabriel.

**SR. GABRIEL JORGE FERREIRA:** Obrigado, Presidente. Ainda cumprimentando aqui as considerações do Fábio, em questão de redução de custos das instituições financeiras para elas possam cada vez mais buscar índices de eficiência, eu queria lembrar aqui alguns itens que sobrecarregam o custo de operações das instituições financeiras e que eu entendo que pode ser feito um trabalho importante com o apoio do Congresso Nacional, no sentido de reduzir esses impactos. Por exemplo, cursos de segurança bancária, é um item que tem um peso significativo no sistema bancário, que mantêm um sistema de vigilância, às vezes concertado em regiões dos centros de grandes metrópoles, que se fossem divididos para fazer um policiamento na comunidade, dariam um retorno em termos de segurança e ainda com alguma redução de custo em relação a própria instituição financeira. Isso é um sistema que foi introduzindo ainda em pleno regime militar, tem um peso significativo, tem um peso importante e que ele pode ser trabalhado.

Outra questão é a referente aos chamados custos de observância, que em outras palavras seria burocratização. As empresas em geral e em particular o setor financeiro detém um preço de uma burocracia em termos de informações, de estatísticas, de dados que tem um excesso de informações que poderiam ser simplificados e ajudar na redução de custos. E finalmente o seguro de garantia de depósitos, que foi um sistema instituído de forma muito bem pensada, muito interessante. Mas hoje o fundo de garantia de depósitos atingiu um nível de reserva muito alto, muito elevado para um sistema financeiro que é muito mais sólido, muito mais bem supervisionado, com mecanismos muito mais eficientes de acompanhamento de sua saúde financeira e que, portanto, poderia ter alguma redução que viria em benefício do consumidor pela redução dos custos de operação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Só para... Doutor Gabriel, o fundo de garantia de depósito, qual é a porcentagem e qual é o custo, qual é o valor?

**SR. GABRIEL JORGE FERREIRA:** Olha, era 36% ao ano, agora caiu para 12%, mas ele tem um nível de reservas da ordem de 12 bilhões de reais, caixa líquido, 12 bilhões, é 036, 016 sobre o passivo garantido. São os depósito a vistas das instituições Financeiras e depósito a prazos. Isso hoje atingiu um volume já muito alto, ele já é auto-sustentável, até a própria rentabilidade dessas aplicações já geram um crescimento e isso ainda continua exercendo um ônus significativo no custo de captação das instituições financeiras.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Veja, uma das propostas que eu estou entendendo aqui o senhor está propondo reduzir a porcentagem do fundo de garantia dos depósitos e em contrapartida a redução das tarifas?

**SR. GABRIEL JORGE FERREIRA:** Se isso significaria a redução de custos de captação, portanto, redução de --.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Ta bom. Vamos dar prosseguimento então a lista de escritos, nós vamos fazer o Senador Francisco Dornelles, fazer um bloco de três para que tem inscritos, para que a gente possa que todos os Senadores poderem participar. Senador Dornelles.

**SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Dr. Fábio, meus cumprimentos, eu queria colocar as seguintes questões: O Presidente Mercadante, aliás, já levantou esse problema, a relação crédito PIB tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, mas está ainda muito baixa em relação A outros países. O setor financeiro pode fazer alguma coisa ou pensa em fazer, ou pode autuar para que haja o aumento dessa relação? A segunda: Eu gostaria de saber qual é o peso da carga tributária nos prédios dos bancos, qual dos impostos tem um peso mais, tem um peso maior no aumento desses prédios. E A terceira é o seguinte: O banco do Brasil vem adquirindo, sem, aliás, sem licitação nenhuma, o controle de vários bancos. Eu pergunto: O senhor vê nessa atuação do Banco do Brasil um viés de estatização de crédito do país? Como o senhor vê o aumento dessa participação do Estudo no sistema financeiro? E a quarta: Como o senhor vê o aumento da participação de grupos estrangeiros no sistema financeiro do país? Existe na união da Européia alguma limitação para que bancos de fora da área participem do capital de bancos da comunidade? São essas questões que eu gostaria de fazer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Agradeço ao Senador Dornelles, Senador Osmar Dias com a palavra.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR):** Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, eu até aproveito a análise que o Presidente Mercadante fez para fazer o meu questionamento. O Presidente Mercadante falou que dez instituições bancárias estão praticamente controlando 90% dos depósitos bancários do país. E isso vai, no meu entendimento, se agravar mais. Agora mesmo, a semana passada, nós tivemos o Santander comprando o Real. Então está havendo uma concentração visível e não é só nessa área bancária. Hoje eu ouvi, não sei se tem fundamento, que a Tim estaria comprando a Claro, o que significaria também maus uma concentração em outro segmento importante de tarifas que estão crescendo, não só as bancárias, que estão crescendo, mas também neste segmento de comunicação, e se houver a realização desse negócio, nós estaremos caminhando também para uma cartelização. Eu vejo, eu vejo aqui nos gráficos da própria FEBRABAN apresentados pelo Dr. Fábio Barbosa e dois me chamaram atenção: Um

em relação a rentabilidade dos bancos, comparadas com outros setores da economia e vi que os bancos, e 19,5% estão muito próximos do Petróleo que é o ouro negro da década e a agricultura é o último, 10%. 19,5% dos bancos, 23,5% do segmento Petróleo. Bom, esse lucro talvez explique porque há hoje um movimento dos bancos para concorrer e participar mesmo do setor público no que se refere as contas de Prefeituras que tem uma grande movimentação financeira de Estados. Eu vi, por exemplo, uma notícia a semana retrasada, que em Minas Gerais o Banco do Brasil acabou ganhando as contas de Minas Gerais e pagou 1 bilhão, mais 150 milhões de dívida que existam do banco Itaú. A Prefeitura de Curitiba acaba de ceder as contas ao Santander por 130 milhões. Só o Estado do Paraná que não sei por que ficou com o Banco do Brasil, mas só por um valor de 60 milhões de reais. Muito aquém, portanto, dos outros negócios realizados.

Bom, isso demonstra o seguinte: Que os bancos estão com fôlego e este fôlego não está indo para um segmento que poderia resolver dois problemas, um levantado pelo Senador Mercadante, que é o de oferta de crédito para dinamizar a economia, eu ao mesmo tempo gerar empregos na construção civil, para que o gráfico que apresenta a FEBRABAN eu não entendi muito bem o gráfico, é essa a pergunta que eu gostaria de fazer, diz aqui que o déficit imobiliário por nível de renda chega a 92% até cinco salários mínimos e 6% entre cinco e dez salários mínimos e o que o déficit imobiliário para quem ganha mais de dez salários mínimos é de apenas 2%. E aí embaixo tem pessoal ocupado com construção civil, em julho de 2007, 1 milhão 686 mil trabalhadores. Isso mostra o seguinte: Que esse segmento continua sendo um grande gerador de empregos. Essa ocupação de quase 2 milhões de trabalhadores é importantíssimo e eu não estou vendo, por parte dos bancos, uma política mais acentuada, mais positiva, no sentido de ofertar crédito para o financiamento de moradias para pessoal, para famílias de baixa renda. Tanto é que a própria FEBRABAN coloca um gráfico onde 92% do déficit imobiliário está localizado entre famílias que tem até cinco salários mínimos. Eu não entendi se esse déficit é em relação a quê? É ao total de famílias que procuraram os bancos e não encontram, ou se seria necessário que o banco colocasse um crédito para atender essa demanda de 92% das famílias que tem até cinco salários mínimos? Eu não entendi bem isso aqui e gostaria de uma explicação. E outra coisa só para falar um pouco da prática, Dr. Fábio. Quando alguém entra, o senhor disse e é verdade que hoje nós temos muito mais gente tendo acesso a banco. Não há dúvida que isso é verdade. Mas as dificuldades burocráticas que alguns bancos estão colocando, fazem com que as pessoas entrem no banco, mas saiam sem o crédito.

Eu conheço gente que entra num banco para obter um financiamento do FAT e não consegue. Eu conheço gente que entra no banco para conseguir um financiamento para financiar uma propriedade rural, o plantio e não consegue. Porque as exigências são tão

significativas, tão grandes, que eles acabam desistindo. Então, ingressar no banco é fácil, duro é sair do banco atendido. Eu gostaria que o senhor fizesse um comentário a respeito dessas duas questões, a do déficit imobiliário para famílias de baixa renda e essa questão da dificuldade e da burocracia ainda, que talvez isso seja um dos motivos que elevem as tarifas bancárias.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Agradeço ao Senador Osmar Dias, para intercalar os partidos, o Senador Sérgio Guerra com a palavra.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** Eu queria dizer da absoluta pertinência da iniciativa do Senador Aloizio e do Senador Flexa na convocação dessa reunião, desse convite. Acho que como disse o Senador Mercadante, abre espaço para uma conversa que já está com muito atraso e que precisa ser efetivamente feita. Uma discussão qualificada, como gosta de dizer o Presidente Mercadante. Uma discussão sobre a questão dos bancos no seu papel da economia brasileira que, de uma maneira geral, é vista com imensa simplificação e nem sempre, sem preconceitos. Há um conjunto de preconceitos evidente em relação ao sistema financeiro que nós reconhecemos com tranqüilidade.

Não nos espanta que bancos façam grandes lucros ou que alguns bancos façam lucros excessivos. E agora nos espanta o custo do serviço prestados pelos bancos. É evidente que o sistema financeiro brasileiro tem feito avanços enormes, especialmente do ponto de vista de sua organização, é dos melhores que existe moderno, produziu rotinas muito racionais, mas o fato concreto é que os custos que estão alinhados, o preço dos serviços é excessivo. E como disse o Senador Mercadante, é preciso que uma discussão se dê em torno disso e se dê com absoluta tranqüilidade, porque o que de mais positivo pode acontecer agora nesse momento em que o Brasil parece que está numa plataforma para se desenvolver de maneira consistente e continuada é que não se tem compreensão exata sobre o papel dos bancos. A concentração em alguns bancos de como se dá e foi reconhecida aqui já pelo próprio Dr. Fábio e pelo Senador Osmar, a concentração não deve ajudar a concorrência, deve prejudicar a concorrência, quanto menos bancos operando, menos concorrência vai se dando, vai acontecendo.

De outro lado, a nós, por exemplo, eu não vi aqui nos dados que estão aqui inscritos nenhuma observação sobre se seria plausível conhecer qual, quais são os números do setor privado, dos bancos privados, e os números do setor estatal. Era importante para a compreensão desse conjunto. E segundo também seria importante um reconhecimento sobre a distribuição das operações dos bancos nas regiões brasileiras. Como de fato essa distribuição está se danados, seus depósitos, suas aplicações em aéreas mais pobres do Brasil, em aéreas menos pobres do Brasil. Se os bancos e o sistema financeiro atua na direção de maior equilíbrio ou atua de uma maneira a aprofundar essa

divisão, que a nós não interessa manter o Brasil no conjunto e nem a nenhuma força política e nem a qualquer Governo. Então era preciso que houvesse muita clareza sobre isso, seja ponto de vista dos bancos privados, seja ponto de vista dos bancos estatais. Recentemente o BNDS, já na gestão de Luciano Coutinho, me parece que lança algumas plataformas para ter uma atuação mais consistente na minha área, por exemplo, o Nordeste do Brasil e é natural que um papel de um banco como o BNDS tenha, percorra estradas diferentes das estradas que o Bradesco ou qualquer outro banco privado tenha que percorro.

Mas o fato é que uma visão desse conjunto, o sistema privado de um lado, o sistema estatal de outro lado e da operação dos bancos do ponto de vista regional, a regionalização desses números me parece que é absolutamente pertinente para que continuemos a desenvolver a matéria que está sendo iniciada hoje aqui com valores e com a qualidade que lhe atribui o Presidente Aloizio Mercadante e a palavra é do Dr. Fábio Barbosa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Tirando os elogios, foi muito boa a intervenção. Senador Jefferson Peres com a palavra, fazer bloco de quatro, assim nós temos mais de 12 inscritos ainda.

**SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):** Sr. Presidente, eu vou ser muito breve, nenhuma pergunta que eu vou fazer aos dois visitantes. É algo que eu levanto a reflexão é discussão, eu acho que faltando aqui nesta Audiência é a presença de um representante dos bancos estatais porque a pergunta que eu sempre me faço é a seguinte: As tarifas bancárias são muito elevadas, a receita proveniente de prestações de serviço pesa muito mais do que deveria na receita bancária, é um terço aproximadamente quando deveria haver muito mais da intermediação financeira, me parece.

Muito bem. Quanto a isso há consenso. Olha, no mercado realmente concorrecional não há preço abusivo, não há, porque o mercado estabelece o preço correto, adequado. Então a suspeita é, a suspeita é de ser um setor disfarçadamente cartelizado. Mas quando eu vejo as tarifas cobradas, eu vejo que não há muita diferença das cobradas pelo Banco do Brasil e a Caixa Econômica em relação aos bancos privados. Então das duas uma, ou o setor realmente não existe realmente cartel, não existe cartel, os preços são autos por outros motivos, ou então, existe o cartel e o Banco do Brasil e a Caixa Econômica adeririam, porque são instituições de crédito geral, eu tiro fora do B N D S, que é banco de investimento. Nós estamos de crédito geral, tem um enorme volume de crédito, pesam muito, portanto, no sistema. Por que é que as tarifas da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, Senador Mercadante, não diferem muito das cobradas pelo setor privado? É a pergunta que eu deixo no ar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Agradeço o Senador Jefferson Peres, agora com a palavra o senhor Fábio

Barbosa para responder os quatros Senadores, Francisco Dornelles, Osmar Dias, Sérgio Guerra e Jefferson Peres que aprofunda aí essa discussão de grande interesse do país.

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Muito obrigado Senador Mercadante. Bom, começando Senador Dornelles, V.Exª. listou eu anotei aqui que são quatro colocações que eu vou procurar endereçar e de alguma maneira vai acabar também impactando as demais colocações, mas eu voltarei em cada um dos casos, embora, talvez, eu vá repetir algumas das coisas que eu vou dizer aqui nesse início. A sua primeira colocação é em consideração ao crédito em relação ao PIB que ainda é muito baixo e como aumentar isso? De fato tem crescido, mas está em um percentual baixo, eu queria destacar aqui o principal fator que determina que a relação crédito PIB no Brasil seja mais baixa que em outros países é o crédito imobiliário. Obviamente não é apenas o crédito imobiliário, me permita destacar, mas é o crédito imobiliário. Em alguns países representa 60, 70% do PIB, no Brasil representa 3, talvez agora 4%, não quero ser preciso no número, porque não conheço com exatidão, mas é bem baixo, 4%. Então, o quê que acontece? Por que ele é [ininteligível]? Porque são empréstimos de longo prazo e de valores unitários elevados, com isso obviamente se acumula uma carteira rapidamente.

Então, eu acho que tem tido um crescimento da ordem de 25% no crédito imobiliário, tem crescido mais do que outras carteiras, eu acho que isso é positivo e é por ali que a gente vai ter a condição de ter o maior crescimento. Mas existem ainda algumas outras arestas a serem aparadas, a questão do próprio custo da intermediação financeira, que se reduzido abriria novos horizontes, a questão de cadastro positivo e outros assuntos já mencionados aqui. Então eu acho que é de interesse de todos que esse percentual cresça, eu acho que o rumo, diga-se de passagem, é um só vai haver o crescimento da relação crédito em relação ao PIB, eu acho que a gente precisa discutir a velocidade e quais são as arestas a serem aparadas e acho que algumas dela já foram, é questão de tempo, e outras podem ser que é a questão do custo e a intermediação e a questão de alguns ajustes ainda no arcabouço Jurídico. V.Exª perguntou também com relação a qual o peso da carga fiscal na intermediação financeira. São vários estudos, trarão vários números. Eu vou me fiar aqui num estudo feito recentemente pela FIPECAF que é um órgão ligado a USP em São Paulo, que dimensiona isso em 30%, ou seja, do valor total da intermediação, 30% é destinado a impostos. IOF, PIS, COFINS, PCMF, são todos impostos que tem onerado bastante a intermediação financeira e essa discussão também impactaria o primeiro ponto, ou seja, qualquer redução que se fizesse nisso elevaria a condição de aumenta, ou aceleraria a condição de se aumentar a relação crédito/PIB. E portanto, a gente tem que procurar discutir isso, sabendo obviamente que em muitos desses casos a gente está falando também de um orçamento de uma dificuldade maior e tudo isso tem que ser colocado num contexto e

certamente é um assunto que será também discutido por essa Casa no devido momento. V.Exª colocou como terceiro ponto [Soa a campainha] a questão do banco do Brasil.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Eu tenho evitado aqui da uma de Marco Maciel, mas o Plenário hoje tá demandando aqui uma intervenção da presidência para garantir o silêncio e nós podermos ouvir com atenção a exposição do Dr. Fábio Barbosa.

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Então eu tinha feito duas colocações sobre a relação do crédito/PIB, a segunda foi sobre o peso da carga fiscal, faço agora a terceira colocação de V.Exa. Com relação ao Banco do Brasil e a questão de participação do Banco do Brasil na privatização mais recentemente do BESC e também em algumas folhas. Eu acho que a colocação de V.Exª é se há viés de estatização. Eu acho que é um debate importante de se fazer, tem acontecido em vários jornais, a gente tem visto essa discussão com relação a se deveria ou não haver um leilão, se o banco do Brasil deveria estar disputando com outras instituições essa oportunidade de participar de uma... como foi o caso do Banco da Estado de Santa Catarina ou de algumas folhas, eu acho que a questão é mais essa, é transparência no processo de maneira que haja concorrência e aquela instituição que tiver oferecido as melhores condições para os consumidores seja aquela que possa prestar os serviços. Esse é o nosso entendimento, a gente entende a complexidade do assunto, mas eu acho que é um assunto que tem que ser debatido e V.Exª. tem razão em levantá-lo. O quarto ponto levantado por V.Exª. é se há no mercado internacional, eu tenho a impressão que V.Exª. se referiu ao mercado Europeu, eu não tenho certeza, se há alguma restrição com relação ao aumento da participação de grupos estrangeiros, se há alguma limitação? Eu desconheço e acho que não, não é que eu desconheço sem saber, pelo que eu sei não há, recentemente eu vi algumas disputas nacionais na Itália e que levaram a alguma série, algumas reações iniciais e que foram depois, enfim, colocadas de lado pela próprio Comissão Européia.

**SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** O que eu pergunto, o que eu perguntei é se o sistema financeiro nacional como é que eles vêem esse crescimento da participação de grupos estrangeiros do sistema financeiro do país?

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Perfeito, eu acho que tem havido, inclusive, se o senhor me permite fazer uma referência ao material que foi distribuído, na página 31, tem justamente uma colocação com relação aos vários, ao capital das várias instituições estatal, nacional ou estrangeiro, que vai também, eu vou fazer referência depois, em uma outra resposta, e ver que a participação tem se mantido 2001 até 2007, mais ou menos Nos mesmos patamares dependendo do indicador que formos olhar aqui. Então me parece que foi saudável em termos de concorrência, traz um acesso aos mercados internacionais que é

importante, e a concorrência tem se estabelecido, e tem se mantido mais ou menos, não tem havido, não tem prevalecido nem o setor privado, nem o setor estrangeiro, eu acho que tem havido concorrência. Então, me parece, mas eu coloco um ponto de vista deixando aberto também para outros pontos de vista, de que não há essa preocupação com relação ao aumento de participação dos estrangeiros, até porque no total isso não tem acontecido, tem mais ou menos se mantido nos mesmos percentuais. Mais ou menos respondido? Muito obrigado Senador Dornelles. Passo agora as colocações feitas pelo Senador Osmar Dias, Senador Osmar Dias, eu vou tentar também me ater aqui aos pontos, foram várias considerações importantes com as quais eu concordo e V.Exª. falou bastante sobre a questão, da concorrência da busca de negócio, das folhas e eu queria até atentar a isso e se isso não acontece até em detrimento de um maior foco no aumento da oferta de crédito, na questão das folhas. E eu queria também destacar duas coisas, primeiro que de fato esse busca por conseguir as folhas de pagamento em empresas estatais ou privadas mostra a concorrência no setor.

Uma concorrência bastante acirrada que tem acontecido e também mostra essa busca pela oferta de crédito. No fundo o que está se buscando é justamente uma posição, é se colocar de uma maneira mais favorecida em relação aos concorrentes, para que possa aumentar a oferta de crédito àquelas pessoas que trabalham com aquela instituição. É um posicionamento até pela presença e pela convivência que pode ser oferecida por aquela instituição financeira que se posicionou dentro daquela estatal, dentro daquela empresa privada, dentro daquele órgão público, e ele possa então oferecer o crédito. Portanto, eu acho que não são fatores que na verdade não são conflitantes, mas é justamente um posicionamento para que esteja aquela instituição preparada para atender a demanda de crédito que virá por parte daqueles funcionários em função das estruturas permitidas e, inclusive, aprovado aqui também nessa Casa a questão do consignado. Com relação ao gráfico da página 26 que V.Exª. levanta também uma dúvida com relação ao que representa, eu queria destacar no que aparece como déficit imobiliário por nível de renda, e V.Exª. tem razão, e talvez tenha ficado um pouco confuso é que do total das moradias necessárias para atender a demanda, 2% é no nível de renda mais elevado e 92% no mais baixo. Era de se esperar numa pirâmide, o deste é maior. Então, o número de moradias a necessidade é muito maior lá. Déficit é 17 milhões e ele é muito focado nos níveis de renda mais baixa. Eu vou fazer também uma elucubração aqui, o que está acontecendo no mercado de crédito imobiliário, pela minha observação. é que num primeiro momento, e isso é natural, o crédito imobiliário foi direcionado para as moradias de maior valor unitário, as mais fáceis, as mais óbvias. A concorrência tem sido bastante efetiva e o que eu noto, Senador Osmar Dias, é que existe agora uma busca por moradia de valore unitário mais baixo. Então, o mercado está migrando. Eu tenho visto, e a própria instituição onde eu trabalho tem visto projetos onde se busca

viabilizar moradias ao valor unitário de sessenta mil reais, quarenta mil reais, não mais aquelas iniciais onde se falava de duzentos mil, trezentos mil, ou seja, a própria concorrência está levando o setor financeiro a buscar formas de viabilizar o financiamento ou até a construção de moradias a um custo dias baixo e que, portanto, consiga entrar nesse mercado. Esse mercado em geral tem sido muito atendido, e aqui e peço desculpas pela talvez imprecisão, mas pelas COHABS mais pelo setor estatal, estadual, eu acho que é mais correto, companhias estaduais e municipais que tem atendido até com certo subsidio.

Mas eu acho que o caminho para sanear isso vai ser justamente através de um mercado, através de um alongamento de prazo, taxas fixas que começam a aparecer, a gente já fala hoje em taxas de 20 anos, em operações, desculpe, 20 anos com taxa fixa, que isso  um conforto para quem está tomando um empréstimo e certamente vai reduzir o valor da prestação e vai viabilizar que uma parte desses 92% seja também atendido pelo setor financeiro. Então eu acho que vai ser crescente, é um interesse de todos e eu destaco aqui também o que eu disse no começo, que os interesse são convergentes. Por fim, V.Exª. destacou a questão das dificuldades burocráticas, as pessoas entram e sem às vezes sem crédito. Eu acredito que aconteça, mas eu gostaria de destacar que o número de clientes que hoje tem acesso a crédito é muito maior do que no passado, não apenas pessoas jurídicas, e isso tem sido muito bom, e isso ajuda na chamada formalização da economia, então, eu acho positivo quando acontece do lado das pessoas jurídicas e também positivo das pessoas físicas. O banco, até por uma questão do papel de um Banco Central, o papel de um Banco Central, apenas um pequeno parênteses, é também garantir a sanidade, a saúde do setor financeiro. E, portanto, existe também uma série de procedimentos que são exigidos pela própria autoridade reguladora que eu acho positivo e que muitas vezes podem criar entraves burocráticos. Já temos isso na própria abertura de contas, a questão de identificação das pessoas, enfim, vários procedimentos estabelecidos pelo Banco Central que eu entendo como positivo, mas que podem eventualmente causar dissabores.

Eu acho que todos nessa concorrência trabalhamos para que haja mais gente com condições de se financiar no sistema financeiro e é nessa direção que caminhados. Senador Sérgio Guerra, suas colocações, também eu vou tentar falar rapidamente. Eu não vou ter aqui, Senador, e posso depois fornecer para a V.Exª. a questão da informações por região. Realmente eu não tenho eu sei que muitas vezes é difícil, mas se V.Exª. tiver interesse nós podemos conversar e eu teria o maior prazer em trabalhar com a sua assessoria e prover esse tipo de informação, eu realmente não tenho aqui, portanto, vou me furtar a fazer comentários. Com relação a questão dos bancos estatais e a presença --.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** E eu queria solicitar que depois pudesse encaminhar a distribuição das

instituições Financeiras, das agências por região, Nordeste, norte, centro Oeste, Sul e sudeste e nós distribuiremos aos Senadores que há um interesse muito grande do Senado nesse tema regional.

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Perfeito. Bom, então fica aqui o comprometimento de trazer isso. Com relação a setores, enfim, bancos públicos, na página 31 traz um pouco esse questão também da concentração e também tem mostrado que não tem variado demais a presença do setor público em relação ao total de depósitos, ao setor de concentração de ativos. 35, 34, 33% não é uma avaliação relevante do que tem acontecido. Temos sim um sistema moderno, V.Exª. destacou muito bem e eu acho que é a questão de haver ou não o preço excessivo eu procuraria sempre trabalhar nisso na questão da transparência e dando aos clientes, eu acho que esse é o ponto principal, a condição da comparação que permita de fato a compreensão do serviço, de que tipo de serviço ele pode ter em outro lugar, eu acho que um cliente busca numa instituição financeira três coisas: Ele vai buscar obviamente a qualidade do serviço, a conveniência, e o premente. E cada cliente em diferente mix olhará para cada um desses três fatores. Eu acho que tem que ser dado para o cliente sempre a total transparência com relação as tarifas e com isso tentar evitar. Pois não, Senador.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** Fábio, eu acho que era importante que a gente tivesse conhecimento de comparações entre o sistema público e o sistema privado. Do ponto de vista da eficiência, dos seus custos e daí para frente. E apenas para acrescentar a discussão, os ganhos de escala que são evidentes no sistema bancário brasileiro por que não se refletem na redução dos custos, desse mesmo sistema? Se o sistema a cada dia cresce mais, atende a mais, ganha escala e vai ganhar muito mais, como parece que qualquer comparação com outros países mais desenvolvidos, demonstra que o papel do sistema financeiro pode ser ainda muito maior do que já é, do que já é. Por que esses ganhos não se refletem também, já que vai se ganhar escala em redução de custos nos serviços que são prestados? Nas tarifas que são cobradas?

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Eu gostaria de responder o seguinte: O setor financeiro, até porque a população brasileira não é inteiramente bancalizada, obviamente isso pode ser constatado, eu acho que o principal ponto que nós temos agora é o aumento da bancalização, é levar o serviço financeiro a pessoas que hoje não tem acesso ao setor financeiro. Isso tem demandado um investimento muito grande, os bancos continuam abrindo mais agências, continuam colocando novos postos de atendimento, continuam através do correspondente não bancário buscando facilitar o acesso, então, tem havido uma série de investimentos que de certa maneira se refletem sim, me permita, em custos mais baixos, tanto que pessoas de mais baixa renda tem conseguido cada vez mais ter acesso ao setor financeiro. Mas por outro lado, os ganhos de escala a que se refere eles tem na verdade trazido em

um sistema de pacotes financeiros, pacotes ou cestas de serviço, uma condição de negociação melhor para os clientes. A minha constatação ao fazer esse estudo aqui e olhar com mais profundidade é que o aumento na arrecadação da tal linha de receita de serviço se deve muito mais ao aumento da base de clientes, muito mais ao fato de lá dentro termos operações de grandes empresas, e eu destaco aqui a questão de abertura de capital e tudo mais, do que propriamente uma elevação unitária da tarifa efetivamente cobrada. Mas eu acho que colocando mais luz sobre esse assunto isso poderá ficar mais claro, e eventuais distorções aparecerão e o consumidor, sabendo disso, deveria buscar aquele que lhe oferece o melhor pacote.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Nos, agora, passaremos para a próximo bloco. Ah, o Dr. Gabriel também solicitou a palavra, por favor.

**SR. GABRIEL JORGE FERREIRA:** Eu acho que tem aqui algumas questões importantes, mas falando um pouco de crédito imobiliário. Está em tramitação no Congresso Nacional, um Projeto de Lei muito importante que é o que desburocratiza e aumenta a segurança jurídica das operações imobiliárias. Hoje nós temos no Brasil um sistema de registro imobiliário que ele é muito pouco organizado em termos de centralizar qualquer tipo ônus que recaiam sobre aquele imóvel. Então existe uma exigência muito grande de certidões envolvendo documentação imobiliária que aumentam o custo de uma forma extraordinária, às vezes para obter essas certidões o custo pode ser quase igual ou superior a uma ou duas prestações do financiamento, o que não deixa de ser um absurdo e uma grande ineficiência. Mas isso espera-se corrigir o ao se criar essa centralização na matrícula do imóvel e todos os ônus de todas as informações a que se referem daquele imóvel. Outro ponto que eu queria mencionar, ainda na linha desta questão de concentração, cujos dados foram aqui mostrados, onde há uma certa ainda, não há uma, digamos assim, uma clareza muito grande sobre o nível que existe de concentração, mas uma coisa curiosa que eu queria mencionar é sobre a entrada de novos parceiros, ou de novos agentes no sistema bancário. Tradicionalmente o Brasil teve regras muito difíceis, muito fechadas de acesso ao sistema financeiro. Com a Constituição de 88 isso mudou radicalmente o Banco Central editou a resolução número 3040 de 2002 que criou as regras, regras de entrada, regras de permanência e regras de saída. Quer dizer, hoje a entrada de novos bancos, de novas instituições financeiras no mercado brasileiro, ela é absolutamente livre, atendendo as condições quanto a competência técnica, condições financeiras e projetos que sejam viáveis. Então isso é fenômeno curioso que precisaria talvez ser examinado, porque é que apesar de existir um documento oficial, uma norma no Banco Central, que abre o ingresso de novos participantes do mercado, e isso vem sendo feito de forma ainda muito pouco expressa? E isso aqui seria, digamos, um

grande instrumento para que ressurgissem os bancos regionais. Eram só esses o comentário que eu queria fazer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Doutor Gabriel, eu só tenho uma, fiquei refletindo sobre aquele comentário anterior. O fundo garantidor do depositante caiu de 0,36 para 0,12?

**SR. GABRIEL JORGE FERREIRA:** 0,12.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Mas as tarifas não caíram na mesma proporção, por sinal não caíram. Que garantia nós temos se houver uma redução?

**SR. GABRIEL JORGE FERREIRA:** Os custos de captação caíram, os custos de captação tiveram a redução proporcional, porque ele onera diretamente o custo de captação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Então, mas houve uma redução do custo de captação, mas esse custo de captação não foi transferido para redução das tarifas. Eu entendi da intervenção que se houvesse uma redução do fundo garantidor, poderia ajudar a uma redução mais expressiva das tarifas. Que garantia que nós temos que isso possa acontece, e porque não aconteceu? Porque caiu de um terço o custo de captação em função do seguro.

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Senador, eu vou tentar ajudar aqui nessa questão, quando o Dr. Gabriel mencionou a questão da redução dos custos ligados ao fundo garantidor de crédito, isso impacta na verdade a questão da concessão do crédito. Ele é mais ligado ao custo de captação das instituições e, portanto, tem mais a ver com condição de repasse ou de concessão de empréstimo a pessoas físicas e jurídicas. Como eu tenho procurado colocar isso sempre que posso debater o assunto, o [ininteligível] bancário tem caído, ele só não caiu mais porque ele tem duas grandes, tem dois desenvolvimentos muitos importantes que estão acontecendo, que é o alongamento do prazo e a incorporação de uma base muito maior de tomadores, então isso tudo fica meio poluído lá dentro. Mas a colocação de V.Exª está perfeita. Quer dizer, uma redução nos custos de intermediação devem levar a uma redução da cobrança da ponta. No caso não é um impacto tão grande, mas ele certamente nesse mix deve estar lá dentro. Ou seja, tem sido possível com isso, já que a concorrência que baliza no final os preços, tem sido possível que se faça um trabalho no sentido de atingir um público maior com o custo mais baixo. Mas essa redução também é importante como o Dr. Gabriel estava lembrando porque hoje o fundo garantidor de crédito já tem um montante suficiente para garantir as instituições financeiras e dar tranqüilidade para o mercado como um tudo. Eu acho que eram essas, essa a posição que o Dr. Gabriel estava colocando que eu me permite comentar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Eu acompanhei, mas objetivamente se nós tivermos uma redução do

fundo garantidor haverá uma redução relevante de tarifas de serviços bancários? Nós podemos tratar isso como uns dos caminhos para aprofundar a redução de tarifas? Pelo menos para iniciar? Senador Flexa, do fundo garantidor, porque na intervenção anterior o Dr. Gabriel disse o seguinte: Fundo garantidor hoje que é um fundo relevante para garantir os sistemas, os depositantes, já está num volume de captação muito alta com uma boa rentabilidade, ou uma redução de 0,36 para 0,12, e essa alíquota ainda é muito elevada. Se houvesse uma redução maior isso ajudaria na redução das tarifas, foi isso que eu entendi. Aí eu perguntei, se reduziu de 0,36 para 0,12, não teve redução de tarifa. Que garantia nós temos que teria uma redução de tarifas reduzindo o custo de captação dos bancos que é um ônus a mais que eles tem que é um fundo garantidor, quer dizer, esse recurso não fica na carteira do banco para alavancar os financiamentos. Que garantia nós teríamos que essa seria uma contrapartida importante para redução de tarifas? Senador Flexa.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, Senador Aloizio Mercadante, o Dr. Fábio aí, ele eu acho que respondeu o questionamento que a dúvida de V.Exª. é a mesma minha. Eu acredito que o fundo garantidor de empréstimos, ao ser reduzido não vai ter nenhuma influência na questão das tarifas, porque ele leva a questão do SPRED, do custo do empréstimo. Então, nós teremos que fazer, sim no futuro uma outra reunião com a FEBRABAN para discutir a questão do SPRED, que é outro problema a ser aberta, porque a taxa Selic que tem sido reduzida gradualmente, eu espero que manhã tenhamos uma nova redução de pelo menos, mais 0,25 pontos percentuais, mas na ponta para o tomador do empréstimo essa redução não está correndo, ela não vem na mesma velocidade. Então, nós teremos que abrir um outro questionamento com relação a questão do SPRED. Uma outra questão, também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Senador Flexa.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Dr. Fábio.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** V.Exª., se escreve por que tem uma fila grande aqui, vamos respeitar.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Só para complementar a questão que nós somos cobrados dessa questão das tarifas bancárias, e uma é fundamental que é quando você antecipa o pagamento de um financiamento e você, ao invés de ter uma redução, você acaba sendo penalizado por uma tarifa cobrada que inviabiliza a mudança de instituição para reduzir o custo. Também gostaria ao final de ter essa explicação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Muito pertinente. Senador Eduardo Suplicy com a palavra, em seguida o Senador Jayme Campos, depois Senador Valter Pereira e Delcídio Amaral.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Presidente só para registrar que hoje é o dia mundial da alimentação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Está registrado e depois da interferência de V.Exª, o crédito vai cair e mais alimentos vão ser produzidos e a cesta básica vai ficar mais barata, nós vamos contribuir nessa Audiência hoje com a alimentação popular. Senador Suplicy com a palavra.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Presidente Aloizio Mercadante, senhor Fábio Colete Barbosa, Presidente da FEBRABAN, e Dr. Gabriel Jorge Ferreira. Quero primeiro expressar que avaliei como muito importante do ponto de vista da informação para nós todos os indicadores que aqui trouxe a sua análise. Estou aqui ao lado do Senador Delcídio Amaral que foi seu colega no colégio São Luís e ele estava me dizendo de como o senhor tem hoje o mesmo jeito sereno e muito assertivo de dizer as coisas como pensa e um conhecimento acumulado muito importante contribuindo para a saúde do setor financeiro do Brasil. Mas como V.Sa. nos falou a respeito em alguns aspectos da concentração do sistema financeiro eu agradeceria muito se puder nos fazer uma análise ainda mais aprofundada dos efeitos do grau de concentração que existe no setor financeiro brasileiro. Inclusive, a partir de uma experiência, que obviamente, o senhor próprio como Presidente da A B N real, e do Real, V.Exª, V.Sa., então, nessa qualidade, obviamente está no centro de uma operação das mais importantes que, inclusive, causou preocupação a um número muito significativo de bancários e nós aqui Senadores, recebemos manifestações do sindicato dos bancários, financiários de São Paulo, de Osasco da região da confederação nacional dos trabalhadores, dos sindicatos e federações de bancários filiados a CUT, federação de bancários e assim por diante, preocupados com o que vai ocorrer, por exemplo, com todos os empregos, por exemplo, da A B N Real, e do Santander, eventualmente se vai haver um enxugamento muito significativo, porque esta operação que envolve mais do que o Brasil, segundo foi informado, levaria a diminuição significativa de oportunidades de trabalho.

Eu gostaria que eu tenho certeza que V.Sa. irá continuar, mas se o A B N Real vai deixar de existir, então, quer dizer, é uma questão que preocupa até, é uma preocupação com V.Sa.. Então como a própria Secretaria de direito econômico e o CADE estão fazendo uma análise sobre em que medida essa operação poderá ter algum efeito eventualmente danoso do ponto de vista da competição do setor financeiro no Brasil, eu agradeceria se puder, V.Sa., nos brindar com a análise que tem vivendo muito de perto essa situação. Em que medida isso poderá causar qualquer problema? Inclusive, do ponto de vista de disso que está nos preocupando, que é o objeto da Audiência de hoje: Será que esse passo a mais na direção de maior concentração, vai facilitar cobrança maior de tarifas? Será que do ponto de vista, inclusive, da

cobrança de taxas e juros, vai também criar dificuldades nesta direção? A outra pergunta que gostaria de formular, refere-se a questão do micro crédito. Até gostaria de informar o Senador Aloizio Mercadante, no próximo dia 30 de novembro, virá ao Brasil convidado pela conferência ECOPOWER em Florianópolis, inclusive, pelo Governador Luís Henrique, que convidou o Presidente Lula para estar lá, porque virá ao Brasil o prêmio nobre da paz, Mohamed Yunes(F) para este evento. Eu ontem conversei com o Senador Tião Viana, porque estando em diálogo com o professor Muhammad Yunes(F) autorizou-me a formular um convite a ele, se ele puder eventualmente vir ao Senado, então queria que o Presidente Heráclito Fortes já pediu para em nome da Comissão de relações exteriores, mas gostaria que também pudesse ser em nome a CAI e do Senado, um convite, se ele puder vir dia 29, quinta-feira aqui, dia 29 de outubro, de novembro, perdão. Mas a análise que gostaria de lhe pedir, em que medida a FEBRABAN está examinando o progresso das operações de micro crédito no Brasil? Há poucos dias, prezado senhor Fábio Colete Barbosa, eu ouvi o depoimento de uma empregada doméstica que teve enorme dificuldade e está tendo ainda para conseguir abrir uma conta num banco.

O Senador Osmar Dias há pouco falou no caso de um agricultor. Mas a empregada doméstica quando foi ao banco e tentou obter abertura de uma conta, praticamente disseram: Olha, isso aqui não é para, esse banco não abre contas para pessoa na sua situação, entende? E será mesmo que é assim? Um dos testemunhos interessantes que o seu Muhammad Yunes(F) nos contou, tem contado nas suas palestras, como é que ele quando resolveu iniciar as operações de micro crédito foi s um gerente de um banco em Bangladesh e disse: Por que é que os senhores não emprestam recursos para pessoas que são relativamente pobres, sem pedir exigências, sem colaterais, confiando na palavra das pessoas? Pois bem. Como há experiências nessa direção, eu gostaria de saber em que medida a FEBRABAN está acompanhando essas experiências? Quais são as perspectivas de desenvolvimento? Será esse um setor que a FEBRABAN vê como: não isso é um setor para outras instituições, que não aquelas que compõem a FEBRABAN, ou é uma atenção muito especial também da FEBRABAN

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Concluindo Senador.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** E finalmente, sobre a tarifa de abertura de crédito, a TAC que é cobrada em todos os contratos de financiamento segundo aquelas resoluções do Banco Central e do Conselho Monetário que representa o valor cobrado para a contratação de operações para prestação de serviços aos clientes e público em geral. Bem, nos financiamentos de veículos automotores a TAC varia de financeira para financeira, de modo geral em torno de trezentos e cinqüenta a seiscentos reais, dependendo do valor do veículo financiado.

Que serviço justificariam a TAC neste valor cobrado? E se tiver, V.Sa., alguma opinião relativa a consideração que está sendo apreciada no Congresso Nacional de também se exigir que os contratos de registros de alienação fiduciária de veículos sejam também feitos não apenas no DETRAN, mas também nos cartórios de registro civil?

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Agradeço ao Senador Suplicy. Eu queria pedir um pouco mais de objetividade nas próximas intervenções, são muitos inscritos e nós teremos que dar a palavra aos líderes, porque eles tem um compromisso com o Presidente da Casa neste mesmo horário. Então, eu vou manter os três inscritos, em seguida os líderes, e depois a gente segue a inscrições. Em relação ao Requerimento formulado oralmente por V.Exª., faço questão de assinar também, vou pedir para a Secretaria já providenciar e coloco em votação, eu tenho certeza que todos os Senadores e Senadoras são favoráveis a um convite da nossa Comissão e desse Senado para que Muhammad Yunes(F), prêmio Nobel da Paz, venha a esta Casa discutir política de financiamento em micro crédito. Senadores e Senadoras que são favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Próximo inscrito Senador Jayme Campos. Em relação só um comentário, Senador Suplicy, em relação ao caso da compra do banco A B N Amro pelo Santander, considerando que o Dr. Fábio Barbosa está na condição de Presidente da FEBRABAN e não está aqui como Presidente da instituição específica que acabou de ser comprado, eu tenho certeza que depois do apelo de V.Exª, Madrid seguramente o manterá no cargo, mas até o momento nós não sabemos sequer qual vai ser a nova direção do banco, gostaria que ele ficasse totalmente confortável em relação a tratar ou não dessa matéria, porque não é objeto da Audiência. V.Exª quiser tratar, se sinta a vontade, senão, futuramente nós teremos uma Audiência Pública, mas tenho certeza que o Senador Suplicy expressou isso pelo reconhecimento de competência de V.Exª. mais uma vez manifesta na intervenção desta Audiência Pública que nós estamos tendo. Senador Jayme Campos.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Uma preocupação humanitária com o senhor Fábio Barbosa.

[risos].

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, senhor Vice-Presidente, Senador Elizeu Resende. Senhores convidados, Dr. Fábio, Dr. Gabriel. Atenderei *ibsis literis* o apelo do Sr. Presidente aqui até porque tem vários inscritos. Mas o meu parente ex-embaixador, ex-Senador e ex-deputado federal o falecido saudoso Senador Roberto Campos já dizia, Dr. Fábio, recordo muito bem algumas

conversas que eu tive com ele, disse o melhor negócio do muito é um banco bem administrado. O segundo melhor negócio do mundo é um banco mais ou menos bem administrado. E o terceiro melhor negócio do mundo é um banco ainda mal administrado. Palavras do saudoso e querido parente e embaixador Roberto Campos. Pois bem, serei bem pragmático com as minhas perguntas, a V.Sa. aqui. Eu até tinha algumas perguntas para fazer, todavia fizeram mais ou menos idêntica, mas eu quero fazer apenas um questionamento bem prático. O cidadão emite um cheque, por exemplo, eu sou de Mato Grosso, eu dou um cheque aqui em Brasília de Cuiabá então, esse determinado do cidadão, esse cheque para ser liberado, eu não sei se V.Exª. tem capacidade de me responder, demora quatro dias para ser liberado na conta daquela pessoas que recebeu o cheque e o banco debita no mesmo dia na minha conta lá em Cuiabá, mas para liberar para aquela pessoa que eu emiti o cheque, são quatro dias. Então, eu pergunto por que dessa demora, do cidadão que recebe o cheque aqui em Brasília demora quatro dias para cair na conta dele, enquanto na minha conta que fiz a emissão do cheque, na noite esse cheque caí lá na minha conta em Cuiabá? Segundo, o senhor entendeu a minha pergunta, né? Isso é verídico --.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** A resposta o Roberto campo já deu.

[risos].

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** É verdade. Segunda pergunta para ser bem prático, apesar do gigantesco crescimento do setor bancário, cuja atividade quase dobrou nos últimos cinco anos a ponto de termos hoje em atividade no país cerca de 102 milhões de conta corrente. O fato é que o atendimento deixa a desejar e os preços subiram barbaramente para o usuário. Desde 1996 surgiram mais de 40 novos tipos de tarifas. O número de caixas nunca é suficiente e o consumidor ainda tem que enfrentar enormes filas. Além de funcionários mal treinados, muitas vezes mal humorados e descontentes com o salário que recebem, após cinco anos de tramitação o Supremo Tribunal Federa, finalmente bateu o martelo sobre a ação direita de inconstitucionalidade determinando assim que desde o ano passado a inclusão dos serviços bancários nas férias de proteção jurisdicional do código do consumidor. Considerando-se que as reclamações fundamentadas contra os bancos hoje ocupam o segundo lugar do ranking da lista negra no PROCON, só perdem para as operadoras de telecomunicações. Pergunto a V.Sa., qual a opinião da V.Sa. quanto a possibilidade de criação dentro da estrutura dos canais de entendimento da rede FEBRABAN, independente das ouvidorias de cada banco e instância centralizada e recebimento em triagem de reclamações? Para em [ininteligível] junto aos consumidores e seus órgãos representativos para minimizar demandas judiciais e melhorar a relação com a clientela. De forma para não ser longo, só essas perguntas que eu vou fazer ao senhor, recordo muito bem, V.Exa. tem

conhecimento, quando fechou o banco Bandeirantes foi liquidado, o senhor sabe bem quanto de débitos de tarifas havia nas contas dos clientes, mais de trezentos milhões foi apresentado de débitos indevidos. Pergunto ao senhor: Os bancos, além de ter cobrado, me desculpa a minha sinceridade, como cliente de banco que sou também, como empresário que sou, as tarifas tem sido ainda quase permanentemente debitadas de forma incorreta ou de forma ilegal. Eu pergunto a V.Exª: Qual as providência que os bancos estão tomando e qual o prazo V.Sa., poderia dar a essa Comissão na redução dessas tarifas, porque é muito fácil nós estamos reduzindo gradativamente, mas nós não temos prazo ainda para estipular, estabelecido. Fundamentalmente eu como Senador da república, que faço parte dessa Comissão, eu gostaria de estabelecer um prazo para que nós saíssemos daqui sabedores de que daqui 60 dias, 90 dias, a FEBRABAN estará tomando algumas providências para reduzir tenho certeza as tarifas praticadas hoje no mercado financeiro. Obrigo Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Agradeço Senador Jayme Campos pela intervenção, Senador Valter Pereira com a palavra. Em seguida o Senador Delcídio, depois os líderes que tem compromisso, Senador Artur Virgílio, Valdir Raupp e Senadora Ideli. Eu peço, portanto, bastante objetividade para a gente garantir que eles possam falar.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Vou atender V.Exª., Sr. Presidente. Eu tinha várias perguntas para formular., no entanto, eu vou cingir-me ao mínimo possível. O correntista hoje ou o cliente do banco quando entra no estabelecimento de crédito já se depara com um arsenal enorme de tarifas. A minha primeira indagação é a seguinte: Ao instituir essas tarifas, os bancos tem a necessidade de fazer uma consulta prévia e receber a aprovação do banco central ou essa faculdade fica ao talante de cada um desses estabelecimentos? E em qualquer circunstância eu gostaria também que fosse esclarecido o seguinte: Geralmente quando vai se fixar um preço, leva-se em conta o custo de produção e neste caso específico dos bancos é muito difícil fixá-lo e realmente não há esse tipo de parâmetro. Então, qual é o referencial que leva a estabelecer determinados valores para a cobrança dessas tarifas? Basicamente são essas duas indagações, eu vou abrir mão de todas as outras indagações dado o adiantado da hora e o apelo feito pelo ilustre Presidente dessa Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Agradeço pela objetividade e pela qualidade das perguntas que vão enriquecer a nossa Audiência. Senador Delcídio Amaral com a palavra.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Presidente, o Senador Delcídio gentilmente trocou comigo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Eu vou fazer então, a V.Exª depois o Senador Valdir Raupp, Senador Artur que tem compromisso imediato. Senadora Ideli com a palavra.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Então fala Delcídio.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Eu sei que a V.Exª. fez isso pela blusa elegante que a Senadora Ideli está visto indo hoje. Mas o Senador Artur Virgílio também cortou o cabelo, tem o mesmo direito que ela nesse momento.

[risos].

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Senadora Ideli.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Delcídio, eu quero também ser bastante objetiva. Primeiro lugar eu acho que a questão central que mereceria toda a atenção da nossa Audiência Pública é o seguinte: A FEBRABAN traz hoje aqui dados extremamente positivos. Primeiro: Do aumento significativo da relação crédito/PIB, né? Então, são números substanciais, 24% em 2001, e agora nós estamos com 33% em agosto de 2007. Outros dados extremamente significativos é a bancarização. É o aumento significativo das contas, das poupanças, dos cartões, da movimentação financeira na internet. Portanto, o que move a essência do sistema financeiro é o banco, do banco é o crédito. Portanto, se o crédito e quem está acessando e usufruindo do crédito, movimentando no banco, tem esse crescimento, é de se esperar que a gente tenha na contra partida uma diminuição dos custos por que se o banco opera com muito mais crédito e com muito mais gente, o certo é que a lucratividade se mantenha pelo aumento do crédito e o aumento do contingente que utiliza o banco. E o que a gente assiste é uma grande dificuldade da redução das tarifas, que infelizmente elas proliferam e não diminuem, a gente não consegue visualizar e a reclamação é muito grande e também na questão do Spread, do custo do dinheiro, a diferença imensa entre quando você empresta o dinheiro do banco e quando você coloca o dinheiro no banco. Então, essa diferença grande que a população percebe. E aí então, eu acho que nós deveríamos nos ater a esta questão. Se os bancos então movimentando mais crédito e estão trabalhando com mais gente, como é que nós vamos transformar isso em redução de tarifas e em redução do Spread? E por último, Senador Mercadante, hoje eu e o Senador Flávio Arns estamos apresentando um Projeto de Lei, está sendo protocolado, para contribuirmos com essa discussão a respeito das tarifas bancárias.

Então estamos apresentando algumas normas, algumas regras que nós entendemos inclusive, para transparência, para competitividade e para garantia de algumas vantagens para o usuário do sistema financeiro, inclusive, medidas no sentido de que alguns serviços obrigatoriamente sejam oferecidos sem cobrança de tarifas, de que a proibição no caso de

pagamento de salários e aposentadoria não tenha obviamente nenhuma cobrança, as cobranças sejam todas feitas no mesmo dia do mês, com clareza do que é que está sendo cobrado, até para que a população e o usuário do banco possa trabalhar na competitividade e poder identificar qual é o banco que oferece condições melhores e escolher com quem ele vai trabalhar. Então, eu queria aqui deixar o registro de que estamos contribuindo com esse debate a partir de um projeto de lei que estamos apresentando e protocolando hoje à tarde.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Agradecemos a intervenção de V. Exa.. Senador Valdir Raupp com a palavra, líder do PMDB.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores, senhores convidados. Sr. Presidente, eu, a exemplo da Senadora Ideli, eu já entrei com um Projeto de Lei aqui no Senado que está tramitando nas Comissões que regulamenta o art. 192 da Constituição Federal vedando a cobrança de tarifa sobre a emissão e compensação e o pagamento de cheques emitidos por correntistas de Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Eu justifico da seguinte forma, Sr. Presidente. A lucratividade dos bancos, quando medida sobre o patrimônio dessas instituições, não pára de crescer. Isso significa que a rentabilidade, não apenas está crescendo em linha com o próprio gigantismo e concentração do setor, mas também, o que é mais grave, em relação ao próprio tamanho do setor. Dito de outra maneira, a taxa de lucro cresce mais que a própria taxa de crescimento do setor que já não é baixa. Há duas fontes para essa lucratividade astronômica: De um lado os spread bancários que são a diferença entre o custo de captação das instituições e o que elas cobram dos tomadores de empréstimos. De outro, as tarifas bancárias que praticamente não existiam anteriormente ao Plano Real e hoje são onipresentes na relação entre bancos e clientes.

A vantagem nas altas tarifas para os bancos, no entanto, não é apenas aquela direta relativa a receitas que conseguem gerar para essas instituições, elas são usadas como elementos de estratégia anti-competitiva das empresas do setor bancário, pois aumenta o custo de o cliente migrar em uma para outra instituição e desse modo permitem indiretamente que os bancos ampliem seus lucros, agora na parcela relativa ao spread bancário.

Um dos maiores abusos de que se tem notícia é a cobrança de tarifa sobre a emissão dos chamados cheques de menor valor. Não há um consenso entre a instituição, entre as instituições sobre o que o seja o pequeno valor. Em reportagem da Folha de São Paulo de 23 de novembro de 2006 é citada a denúncia do Ministério Público Federal em que se informa que uma das instituições considera cheque de menor valor aqueles inferiores a vinte reais enquanto outras, tem como limite o valor de quarenta. A tarifa cobrada seria em média de 0,50. Essa é a pergunta

que faço ao Presidente da FEBRABAN sobre a cobrança de tarifa de cheques de pequeno valor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Agradeço Senador Valdir Raupp. Senador Arthur Virgílio. Só queria lembrar também aos presentes que, após essa audiência pública, nós teremos que votar pelo menos um projeto que é aquele que dá incentivo a indústria têxtil, moveleira e calçados que ela é uma Medida Provisória transformada em Projeto de Lei e que tem urgência para que a gente possa aprovar. Foi proposto aqui o entendimento de que nós faríamos nas propostas de alteração da Medida Provisória um novo Projeto de Lei, inclusive, de comum acordo com a Receita Federal que tem interesse em fazer uma alteração, explicarei na oportunidade. Senador Arthur Virgílio com a palavra.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Sr. Presidente, e já que V. Exa. entrou na questão da pauta, eu apenas digo do desejo do PSDB de ver retirado da pauta por hoje para uma meditação conjunta da Comissão o empréstimo para a Prefeitura dirigida pelo Ministro Anderson Adapto em função de tudo o que tem cercado a carreira pública deste cidadão. Eu não... prefiro, por questão até de elegância não historiar...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Esse projeto não irá a voto hoje. Só temos na pauta para votar um projeto. Foi pedido vistas a semana passada o Senador Marconi Perfilo e nós ficamos acordados de votar hoje.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Muito bem, Sr. Presidente. Antes de mais nada, parabenizo V. Exa. pela iniciativa de começar a destrinchar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos um tema que é extremamente técnico, que não deve... claro que tem uma nevralgia popular muito grande, mas não deve ser discutida, a meu ver, se esta é uma Comissão Técnica a base de comício, a base de emocionalismos. Eu vejo que nós temos, assim, uma certa alma autoritária no Brasil que precisa ser combatida por nós próprios se nós queremos consolidar a democracia.

Fiquei espantado com as reações ao gesto do apresentador de televisão Luciano Huck de ter reclamado de que foi violentado no direito seu de ter seu relógio. Quase que propuseram que ele aceitasse um socialismo para lá de esquisito de ter sido justa a expropriação do relógio do senhor Luciano Huck. Do mesmo modo o filme do cineasta José Padilha, todos os dias criticado por pessoas que viram e até que não viram o filme como se fosse um filme de um fascista e faceta ele não é, eu o conheço pessoalmente e muito bem, não é faceta. Ele exibe a corrupção policial, exibe o quadro de violência e ele impede que alguns continuem deificando(F) como fizeram com Lúcio Flávio no passado, continuem deificando(F) a figura do bandido que hoje funciona em organizações criminosas sofisticadas. É um filme que vale a pena ser visto, mas eu me refiro a uma certa alma nossa de nós irmos criminalizar aqueles que

ousam pensar diferente do que certa patrulha diz. É a mesma coisa quando se chega a bancos.

Algumas pessoas acham que dá para o Brasil se desenvolver sem banco, ou seja, quase que um fetiche, é como se fosse uma coisa sexual, uma cinta liga, você tem verdadeiro fetiche, ou seja, o que vem de banco nunca é bom. As taxas são terríveis. E quem disse que para os banqueiros isso é bom? Os banqueiros auferem taxas baixíssimas nos Estados Unidos e, no entanto, são banqueiros muito mais prósperos e muito mais seguros do que os banqueiros brasileiros. E aqui eu quero dizer que se nós temos a honestidade intelectual de dizer que foi muito bom para o Brasil a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi muito bom para o Brasil um programa que foi demonizado nas ruas e que deu a solidez de que desfruta hoje o sistema bancário brasileiro que é o PROER, o programa de recuperação de bancos. Não foi nada para banqueiro não. Alguém disse aqui: “Os banqueiros se deram muito bem nessa história.” Se deram não. Tem banqueiro preso, tem banqueiro com prisão pedida, tem banqueiro que perdeu seus bens, enfim, houve, foi um passo civilizatório significativo na direção de nós termos um sistema financeiro sólido que ajuda o Brasil, inclusive, a enfrentar os vendavais de crises sistêmicas, porventura, ameaçando a nossa... ameaçando a nossa economia. Então, o PROER, a meu ver, merece ser analisado, sobretudo, numa Comissão como essa com o respeito com que é analisada e respeitada hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal. E eu fico feliz de ver que há uma concordância precisamente de quem representa a FEBRABAN, o Dr. Fábio Barbosa, que eu saúdo, o Dr. Gabriel Ferreira a quem eu saúdo também.

Eu gostaria de dizer que outras reuniões deveriam se suceder a essa para nós discutirmos as razões, as comparações com os países parecidos com o Brasil e compreendermos, se nós ficarmos, por exemplo, na SELIC em relação as taxas de financiamento na ponta do consumo, para mim o ideal seria, o equilibrado seria nós termos uma SELIC de X e mais 8%, 6% em cima disso na ponta do consumo, aí o Brasil seria um país normal. O Brasil não é ainda um país normal. É um país em vias de normalização, um país que não foi inventado em 2003, um país que tem já quase 15 anos de estabilidade econômica, de luta por estabilidade econômica, um Brasil que tem várias conquistas sucessivas e eu creio que será uma conquista do próximo Presidente da República, pertença ele a que partido pertencer, seja ele de que partido for, será uma conquista do próximo Presidente da República, se ele não for alguém tresloucado que troque, que resolva dar um revertério no que já foi feito de bom nesses últimos 15 anos, nós teremos então, talvez, quem sabe lá mais justas tarifas, spreads mais próximos da taxa SELIC, ou seja, eu percebo que tem havido mudanças e para melhor.

Eu estava vendo aqui os relatórios, ou seja, nós não podemos proclamar que vendemos mais carros esquecendo que os carros foram financiados por bancos. Não podemos proclamar que nós vendemos mais

imóveis sem que o mercado imobiliário de certa forma vive um mini boom sem lembrarmos que isso aí é financiado por bancos, ou seja, não dá para nós dizermos: O crédito consignado é uma coisa maravilhosa e tirarmos a figura do banqueiro. Pelo amor de Deus, que nenhuma patrulha venha me dizer agora advogado de banqueiro porque nunca fui advogado de quem quer que fosse, nunca fui advogado de corporação sindical, nunca fui advogado de banqueiro, nunca fui advogado de empreiteiro, nunca fui advogado de quem quer que seja, apenas eu exerço o meu direito de opinar a partir do que eu possa ter reunido de cabedal sobre a realidade econômica do meu país.

Portanto, Sr. Presidente, Aloizio Mercadante, eu entendo que esta reunião é muito boa, é insuficiente porque eu não acredito que se vá ter um esmiuçamento técnico de um tema tão... tão árido, tão árido e que tem que ser mesmo dividido porque são 20, 30 serviços que os bancos prestam, então, até que ponto que estaria havendo falha do Banco Central na fiscalização? O Senador Jefferson disse muito bem, cartelização não, senão nós termos que acusar o nosso glorioso Banco Brasil de estar na cartelização. Então, não caberia tanto isso. Nós teríamos que fazer outras reuniões porque algo que precisa ficar bem compreendido é primeiro o fato ruim de que nós pagamos tarifas altas, isso sacrifica o bolso de quem recorre aos bancos. Segundo. Nós pagamos spreads altíssimos e isso tem que ser normalizado. Terceiro. Isso é culpa exclusiva, responsabilidade exclusiva dos bancos? Eu tenho a impressão que não. Eu sinto que é o conjunto de uma abordagem da economia brasileira em relação a realidade do país que nos leva a ter essa situação. Portanto, eu não gostaria agora de entrar na lista do Zé... eu não queria agora ver eu, o Zé Padilha e mais o, qual foi o outro, patrulhado? Enfim, analisado com sensatez, uma situação que eu sei que chegar aqui e soltar todos os tiros é até bom popularmente, mas eu entendo que o papel desta Comissão é fazer uma análise técnica e análise técnica deve nos levar a conhecer algo que eu sinto que é desconhecido de todos nós, ou da maioria de nós outros aqui. Por isso parabenizo V. Exa. pela iniciativa e sugiro mais reuniões para nós começarmos a conhecer por dentro esse funcionamento, até para podermos criticar aquilo que porventura esteja errado e alguma pode estar errada sim com mais base e sem meramente nos quedarmos aos encantos de teses populares. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Agradeço Senador Arthur Virgílio. Senador Delcídio Amaral com a palavra.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):** Quero cumprimentar o Presidente da FEBRABAN, meu querido Fábio Barbosa, meu grande amigo de colégio São Luiz e mais do que nunca registrar, Senador Eduardo Suplicy também citou, a habitual serenidade, competência, equilíbrio que sempre pautou a tua vida desde menino e eu acompanhei isso muito de perto. Cumprimentar o Dr. Gabriel por tudo o que representa para as

Instituições Financeiras e para o sistema bancário, por todo o trabalho desenvolvido ao longo de toda a história de V. Sa.

Eu vou ser muito rápido, Presidente. Pegando um pouco a questão aí da concentração que foi dita aos 10 bancos, 93% dos depósitos a vista e uma... e uma operação que não só existe no sistema bancário, mas está acontecendo também nas telecomunicações, realmente, que foi citado aqui pelo Senador Osmar Dias, as empresas de telecomunicações também estão passando por um processo de fusão, fruto de compras que tem ocorrido, basta ver o último exemplo aí da TELECOM Itália com a TELMEX e isso com reflexos aqui no país da TELEFÔNICA também, as Companhias Aéreas. Então, a primeira pergunta é em função desse processo de fusão, a despeito de todos os resultados que foram muito bem aqui apresentados e distribuídos aqui por esse material, será que nós não vamos caminhar por uma trajetória de uma presença do Banco Central mais intensa na regulamentação desse dia-a-dia dos bancos em função desse processo de aglutinação? O Senador Suplicy falou aqui do ABN, mas dessa concentração bancária que hoje nós estamos vivenciando no Brasil como em outros segmentos? Não é só privilégio do sistema financeiro. A outra questão é no que se refere a esse... ao programa estar, em função dessas deficiências, Fábio, apontadas, qual é o projeto que a FEBRABAN tem daqui para a frente para eliminar essas deficiências e realmente tornar esse projeto um projeto onde não só nós vamos ter condição de contribuir com a transparência nas tarifas públicas, mas acima de tudo também prestar um serviço que o consumidor, que o usuário brasileiro, mais do que nunca, exige do sistema financeiro ou das instituições bancárias? A outra questão, empréstimo em consignação. Aqui tem uma tela falando sobre os empréstimos em consignação, pode ser que eu não tenha mais acompanhado, Fábio, no detalhe isso, porque antes existia quase que uma concentração desses empréstimos em consignação na mão de alguns bancos, entre eles o BMG, que eu me lembro bem em função de tudo o que aconteceu lá pelos idos de 2004 e2005 na CPI dos Correios. Como é que esse projeto, como é que esses empréstimos consignados, como é que isso se capilarizou ou não no restante das instituições bancárias? Eu até num determinado momento cheguei a ler algumas matérias na imprensa onde alguns bancos reclamavam desses passos, desses primeiros passos no que se refere a empréstimos em consignação e que hoje são bastante difundidos, pelo menos da parte de algumas Instituições Financeiras?

A outra questão que o Senador Flexa falou muito rapidamente, hoje o dilema que se tem quando eu vou quitar, eu tenho um empréstimo, eu vou quitar um empréstimo antecipadamente. As dificuldades que estão sendo impostas pelas agências bancárias e por último eu queria aproveitar a oportunidade, perguntar ao Dr. Gabriel especialmente, nós estamos discutindo a CPMF agora. Qual é o posicionamento do sistema financeiro com uma... com a eliminação da CPMF eventualmente por alguma dificuldade ou por dificuldades ou problemas que nós venhamos a

enfrentar aqui na votação no Senado Federal? O quê é que isso representa para o País e para o sistema financeiro?

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Desde a época do São Luiz ele sempre colocava o Fábio Barbosa em situações delicadas. Vê que é uma coisa antiga. Nós vamos encerrar agora a argüição para passar para a Ordem do Dia. Senador Antônio Carlos Júnior.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sr. Presidente, Aloizio Mercadante, Vice-Presidente, Eliseu Resende, Dr. Fábio Barbosa, Dr. Gabriel Ferreira. Bom, o comentário que eu vou fazer aqui é exatamente em relação a questão das tarifas versus as receitas totais dos bancos, ou seja, há um quadro aqui que demonstra que as tarifas se mantém numa proporção estável em relação as receitas totais. Bom, mas acontece que as receitas totais são nos últimos anos foram impulsionadas grandemente pela expansão das Operações de Créditos que saíram de 24 para 33%. Ora, então as receitas de serviços, elas acompanharam também, quer dizer, tiveram um crescimento bastante elevado acompanhando o crescimento das Operações de Crédito, quer dizer, ou seja, elas acabaram tendo uma participação vigorosíssima, inclusive as receitas de serviço, elas cobrem todo o custo de pessoal dos bancos e dão uma sobra, ou seja, se paga toda a folha de pessoal e todo o custo de pessoal dos bancos e ainda dá, mais ou menos, 30% de folga. Então, ou seja, as receitas de serviço no Brasil ainda são muito elevadas para o nosso nível de desenvolvimento bancário.

Então eu acho que as receitas, esse é um comentário, acho que as receitas de serviços são extremamente ainda pesadas dentro dessa comparação que foi feita com as receitas totais. E a outra observação é só reforçando o que foi dito pelo Senador Arthur Virgílio que nós deveríamos continuar debatendo esse assunto do sistema financeiro, mesmo que fosse em audiências em outros horários que não viessem a prejudicar a pauta da CAE, mas que nós continuássemos permanentemente em contato com o sistema financeiro para poder exatamente conhecer melhor o funcionamento e debater melhor medidas que fossem necessárias para agilizar e melhorar o funcionamento do sistema. Então, eu acho que isso é salutar e isto, claro, nós teríamos que encontrar horários que fossem diferentes da agenda de votação da CAE para que nós não pudéssemos estar postergando as matérias. Eram os meus dois comentários.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Agradeço Senador Antônio Carlos. Encerrando agora a argüição. Com a palavra Dr. Fábio Barbosa.

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Senador, tenho um monte de perguntas aqui, eu vou tentar endereçá-las todas. O Senador Flexa Ribeiro perguntou sobre a questão da tarifa de liquidação antecipada como o Senador Delcídio também perguntou. Quando eu responder as perguntas dele, eu endereçarei então, a questão da tarifa de liquidação

antecipada. Começarei, então, com o Senador Eduardo Suplicy, um rápido comentário, Senador, com relação a questão do ABN AMRO, no momento, portanto, eu tiro meu chapéu aqui de FEBRABAN para falar não de Banco Real e ABN, apenas para esclarecer que esse processo ainda está num estágio muito inicial, tem havido uma certa confusão com relação ao que aconteceu e eu tentarei de uma maneira bastante simples elucidar. O banco ABN AMRO na Holanda mudou seu controle acionário na semana passada. Eram centenas de milhares de acionistas, eu falo 100 mil acionistas ao acaso e esses acionistas venderam suas ações para um consórcio formado por um banco escocês chamado Royal Bank of Scotland que eu chamaria RBS, um banco belga chamado FORTSAN(F), um Banco Espanhol chamado Santander. Então o ABN AMRO continua a existir exatamente como dantes, o Banco Real pertence ao banco ABN AMRO e os acionistas agora são outros, mas apenas isso mudou. Continua exatamente como dantes. Eles terão agora um prazo de 60 dias para apresentar um projeto ao Banco Central da Holanda de como esses três acionistas pretendem dividir os ativos do ABN AMRO e isso será operacionalizado no primeiro trimestre ou talvez até no segundo trimestre do ano de 2008. Portanto, é bastante prematuro nesse instante fazer qualquer previsão com relação ao que vai acontecer, qual vai ser a estratégia, até porque volto a dizer, o banco ABN AMRO continua a existir na sua integridade, exatamente como existia, é mais uma questão de que certamente vai mudar, mas vai mudar em 2008 e acho que no momento adequado, Senador Aloizio Mercadante, acho que seria o caso de, talvez, virmos aqui conversar, as partes pertinentes, quem puder de fato elucidar e atender as colocações feitas por V. Exa. e outros tantos que tenham perguntado sobre esse assunto. Mas eu acho que nesse momento nada muda.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Eu diria que esse encaminhamento é totalmente satisfatório e no momento que nós tivermos a definição do cenário nós convocaremos as autoridades competentes para tratar desse tema que é de grande interesse econômico e social no Brasil.

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Portanto, por alguns meses nada vai mudar, teremos tempo, portanto, para analisar o caso. A sua segunda colocação é com relação a microcréditos e eu mantenho por mais um minuto, se me permite aqui o chapéu ainda de Banco Real, ABN e nós temos tido uma situação bastante intensa com relação a questão do microcrédito, inclusive, estarei lá em final de novembro na reunião com o Muhammad Yunes, e as iniciativas do microcrédito tem tido uma evolução satisfatória, embora muito mais difícil, eu devo dizer a V. Exa., do que imaginávamos inicialmente e por várias razões que eu não vou estender aqui. Mas todo o caso eu só queria lembrar que a tônica também do Muhammad Yunes era não o empréstimo para despesas, mas sim o empréstimo para investimentos e é essa tônica que tem sido dada, ou seja, não é aquele empréstimo que permita só a expressão, quebra um

galho para fechar a conta no final do mês, mas sim emprestar dinheiro para aquela costureira que quer comprar uma máquina de costura, para aquela pensão que quer, de repente, comprar sei lá, mais uma cama, ou alguma estrutura, ou até o vídeo clube, ou até restaurantes, coisas pequenas que existem em comunidades carentes. Esse é o foco e assim tem sido.

O que a FEBRABAN tem feito com relação a isso é muito mais promover seminários, debates, trazer pessoas, trocar experiências já que não cabe a FEBRABAN direcionar aquilo que cada banco entende como sendo sua estratégia. Talvez faça sentido para um, não faça sentido para outro, mas a gente entende que é um segmento importante, tem tido sucesso em outros países do mundo, começa a ter sucesso no Brasil e o que a gente faz é promover essa troca de informações, não apenas entre bancos brasileiros, mas também trazendo gente de fora e o Muhammad Yunes vem também um pouco nessa intenção e nós vamos estar bastante ativos quando da visita dele. Então, essa foi a sua segunda colocação. V. Exa. fez uma terceira colocação com relação a tarifa de abertura de crédito.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Permita ainda. A situação de uma pessoa que tem um rendimento modesto, mas um rendimento regular, quer abrir uma conta numa Instituição Financeira e muitas vezes tem dificuldades. Há uma preocupação no sentido de democratizar oportunidades de pessoas, mesmo que tenham rendimentos até 500 reais, mil reais por mês e tal, de abrir a conta no banco, sem que haja exigências, as vezes só abrir a conta, eu tenho ouvido depoimentos de pessoas que em circunstâncias tais como esta o Gerente, a pessoa no balcão diz: Bom, aqui não é o caso para a senhora abrir uma conta. A senhora tem que ir para outro lugar. Então, bancos como os muito bem conhecidos em São Paulo disseram isso a pessoas que me relataram este episódio recentemente. Então, gostaria de como Presidente da FEBRABAN nos dizer algo a respeito.

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Eu obviamente desconheço o exemplo concreto que V. Exa. tem em mente, mas eu queria comentar que os bancos tem procurado aumentar a base de clientes de uma forma bastante intensa e tem feito. Diferentes bancos, porém, se reservam ao direito de ter diferentes estratégias. Alguns operam até por uma limitação da rede de agências, ou por uma estratégia, procuram operar com segmentos de renda mais elevada, outros procuram trabalhar por ter até uma capilaridade maior, buscam clientes de mais baixa renda.

Eu me disponibilizaria a conversar com V. Exa. e procurar entender, mas a estratégia, a visão que tem é de bancarização. Isso não quer dizer que todas as Instituições Financeiras que compõe o sistema financeiro brasileiro estejam nessa direção de aumentar a bancarização até porque alguns trabalham com base, as vezes, de 100 mil clientes, 500 mil clientes e não podem abrir por não ter a infra-estrutura, o que

congestionaria ainda mais o atendimento. Em todo o caso eu me disponibilizaria a entender um pouco melhor o seu caso. Sua terceira colocação, Senador, foi com relação a tarifa de abertura do crédito. Então, realmente varia, as vezes, 300, 600, V. Exa. mencionou a questão da tarifa cobrada quando da obtenção no financiamento de veículo. Tem dois serviços prestados, na verdade: O primeiro é a análise do crédito, muitas vezes a pessoa que está financiamento o veículo não é correntista daquela instituição que lhe financiará, portanto, cabe uma abertura de um cadastro e isso tem um certo custo envolvido. Existe também um outro custo, Senador, que é a questão do próprio comissionamento do lojista, aquele lojista aonde está localizada, está sendo feita a operação, o dono da concessionária, enfim, existe um comissionamento por a Instituição Financeira poder estar presente, portanto, é a facilidade de acesso aquela operação. Isso tem dado muita capilaridade, seria muito ruim se cada vez que fosse feito um financiamento a pessoa tivesse que sair de lá, ir até a sua Instituição Financeira, buscar o financiamento, voltar. Então, a conveniência, alguma instituição está lá, isso é fruto de um acordo operacional entre o banco e o lojista que por isso recebe uma certa remuneração que compõe a taxa de abertura de crédito.

É nosso interesse também dar mais transparência com relação a isso que acontece e onera e se V. Exa. me permite, nós entendemos que o duplo registro na verdade não trará nenhuma proteção, o duplo registro encarecerá e poderá transformar isso num custo adicional para quem toma o financiamento. Eu acho, minha opinião, que o financiamento de veículo funciona muito bem, os spreads praticados no Brasil são de patamar internacional, não fica nada a dever ao que acontece no resto do mundo, portanto, eu creio ser desnecessário, se V. Exa. me permite, o duplo registro, causaria um aumento de despesa.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Obrigado.

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Espero ter respondido. Ao Senador Jayme Campos que teve que se ausentar, fez a colocação com relação ao cheque, quatro dias, e a questão do valor é menor. Só queria lembrar que, na verdade, bom os quatro dias depois eu vou procurar entender porque pelo processo normal um cheque demora dois dias para compensar, eu não tenho a resposta, obviamente mais um caso concreto que foi trazido, deve ter alguma peculiaridade. Mas queria lembrar que com relação a... ele também destacou a questão das filas e da relação do cliente. Eu queria destacar que o interesse da organização é tratar bem o cliente e ter um cliente satisfeito. Isso é óbvio. Nós temos uma série de estudos que mostram que o cliente satisfeito, na verdade, intensifica o seu negócio com a relação. Portanto, eu volto a dizer: Os interesses são convergentes. O banco quer tratar bem o cliente e o cliente quer ser bem tratado. A questão é onde é que nós vamos parametrizar isso e o que precisa ser feito para corrigir. E eu queria aqui fazer um destaque a uma iniciativa recente, aliás, bem recente, eu não vou precisar a data, mas

acho que foi até agora em 30 de setembro que o Banco Central definiu que os bancos têm que trabalhar com uma ouvidoria que vai ter que trabalhar de uma forma muito disciplinada, inclusive, com auditoria externa, com linha de repórter independente para o Conselho de administração, ou comitê de auditoria, dependendo da governança de cada instituição e que vai dar cada vez mais transparência para a questão do atendimento, ou seja, o atendimento vai ter que, tudo que for encaminhado vai ter que ser respondido, vai ter que ser trabalhado e medidas terão que ser tomadas no sentido de evitar que aquilo se repita. Acho extremamente positivo, os bancos já faziam isso, o que foi trazido agora é uma governança um pouco mais firme e acho que todos temos a ganhar. Senador Jayme Campos ainda fez a colocação de que ele gostaria de ver aqui uma definição de um prazo por parte da FEBRABAN com relação a definição, a redução de preço, só teria a destacar que não cabe a FEBRABAN definir qualquer preço de qualquer sorte e acho que isso é extremamente positivo. O mercado é que define, seria um horror se houvesse um organismo que definisse o preço a ser praticado por todo o setor. Então, o que a gente acredita é justamente que a maior transparência, a maior comparabilidade, a facilidade na troca de Instituições Financeiras é que levará a uma redução das tarifas. Senador Valter Pereira fez a colocação com relação ao arsenal de tarifas e se há uma necessidade ou não de aprovação prévia quando da cobrança de uma tarifa, resposta concreta. Não. Não há. Há sim necessidade de se colocar isso com 30 dias de antecedência para que possa, então, ser cobrada a tarifa e de uma forma transparente. O referencial, V. Exa. colocou para que se defina o valor de uma tarifa. Na verdade, existem diferentes métodos de custo e apuração de custo de diferentes operações, de diferentes instituições, não apenas em diferentes custos, como também definem isso a partir de diferentes metodologias.

Então, felizmente a gente tem uma variação muito grande com relação as tarifas cobradas, ao interesse que determinadas instituições possam ter num determinado tipo de cliente, num determinado tipo de tarifa, não, de tarifa não, me desculpe, de serviço e portanto pode haver diferenças e essas diferenças o que a gente quer é não é que elas acabem, a gente simplesmente entende que elas deviam estar muito transparentes e muito claras de forma que possa haver por parte de quem atua com aquela Instituição Financeira a condição de saber se ela oferece ou não. Lembro, é o cliente, na verdade, ao buscar aquela Instituição Financeira que pratica o preço mais baixo, ou que lhe oferece o melhor serviço, ou que lhe oferece melhor conveniência, cabe a ele, na verdade, definir e com isso buscar que as instituições compitam entre si e é isso que tem acontecido e tem acontecido cada vez mais. Uma série de outras colocações que algumas eu voltarei também comentando. Liberdade absoluta é o que nós entendemos como sendo o caminho, e isso que nós defendemos, na verdade. Senadora Ideli Salvatti pergunta um pouco sobre a questão do aumento de crédito, a escala, se tem havido redução

do spread. Eu ouvi várias vezes aqui menções feitas ao fato de que a taxa SELIC caiu, mas o spread não caiu na mesma proporção. Os dados do Banco Central que eu trago em mãos aqui apontam, na verdade, para uma redução do spread, portanto, se houve uma redução do spread é porque de fato caiu, não apenas na proporção da taxa SELIC, mas caiu mais do que a taxa SELIC, são dados divulgados pelo próprio Banco Central, lembrando sempre que esses dados estão alterados, já que se trata de uma média, pela extensão de prazo nº. 1 e por uma maior base de clientes nº., 2. A questão também foi colocada por ela se a questão da redução da tarifa, concorrência, e a possibilidade de se definir alguns serviços que deveriam ser praticados sem custo.

Eu obviamente desconheço o trabalho que está sendo feito pela Senadora, mas desde já registramos nossa preocupação sempre com a definição de determinados serviços para os quais não poderia haver a correspondente tarifa já que a cada serviço corresponde um custo e sempre pode, a gente pode acabar causando distorções num sistema que tem funcionado bastante bem conforme vimos, aumentando a bancarização e trazendo o serviço financeiro para uma parte cada vez maior da população. O Senador Valdir Raupp fala um pouco sobre a mesma questão de vedar cobranças de tarifas, a questão de determinados abusos, nós reforçamos nossa preocupação com relação a serviços gratuitos que sempre podem causar distorções e destaco também a questão do cheque de menor valor que foi por ele levantado dizendo que as Instituições Financeiras têm cada vez mais buscado destinar essas operações e cheque de menor valor para os cartões de débito, é muito mais conveniente, faz muito mais sentido para todos, um cheque de pequeno valor, ainda assim ele tem que ser transportado, existe uma bateria de aviões, inclusive, e de transportes para levar o cheque de uma destinação a outra a um custo muito elevado, o objetivo de fato para toda a sociedade é que não se desperdicem recursos como o caso que acontece hoje com o transporte aéreo para que a compensação possa ser feita por esse Brasil afora num prazo de dois dias e, portanto ,cheques a menor tendem a comandar um custo muito elevado dada a relevância da operação, a idéia de qualquer maneira foi jogar isso para cartão de débito, está acontecendo cada vez mais e eu posso dizer que a tal tarifa sobre cheque menor tem caído em desuso e já são várias as instituições que não a cobram até porque caiu muito o número de cheques dos chamados valor a menor. Senador Arthur Virgílio faz a colocação da importância da solidez do sistema financeiro.

Eu queria apenas destacar e ele lembrou que o crescimento da venda de veículo a 65% dos veículos hoje são financiados, percentual que tem se mantido num patamar elevado, crédito imobiliário, mas que ele destacou duas coisas que eu queria comentar: Primeiro na questão da análise técnica, eu acho que é um assunto bastante técnico sim. Eu acho que é importante a gente colocar luz nesse debate de maneira a seguirmos, a não seguirmos as ditas pistas falsas. Existem problemas sim

e o problema é, acho que a arte aqui e a importância desse diálogo e a proposta feita por ele, inclusive, de que a gente tenha um fórum mais técnico, eu desde já me coloco à disposição, Senador Aloizio Mercadante, para que se for essa a intenção, que a gente debata mais a fundo que é o interesse de todos, de que colocando luz no debate a gente identifique de fato quais são os gargalos, trabalhem nesses gargalos e não sigamos as ditas pistas falsas. Eu destaco mais uma vez que os interesses são absolutamente convergentes. É interesse do setor financeiro que cada vez mais as condições permitam que haja um aumento da carteira de crédito, haja um aumento da bancarização de maneira que todos possamos, na verdade, desfrutar dos benefícios de uma economia crescente e cada vez mais inclusiva, como é o caso do crescimento econômico que temos visto agora. Senador Delcídio Amaral, agradeço a colocação inicial e carinhosa. Eu só queria fazer um destaque aqui sem ter o conhecimento profundo, o Senador Aloizio Mercadante mencionou que 93% dos depósitos a vista estão concentrados em 10 bancos. Eu desconhecia essa informação. Até o percentual que eu tenho é menor, mas creio que V. Exa. está correto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Depósito a vista, 90,5%, 10 bancos.

**SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA:** Perfeito. Deve ser em função de apenas bancos que têm redes de agências é que captam depósitos a vista. Outros bancos e são muitos que não têm redes de agências, eles captam através de depósitos a prazo e, portanto, o percentual cairia bastante se olhasse depósitos, não apenas depósitos a vista, quero crer que é uma estratégia, alguns captam depósitos a vista que podem ser mais baratos, mas tem compulsória e tem um custo de captação na medida em que você tem a necessidade de ter uma rede de agências, outros procuram captar no mercado esse chamado depósito a prazo, CDBs, a um custo mais elevado, mas sem despesas operacionais a que me referi. V. Exa. mencionou a questão da fusão e as necessidades de regulamentação, tendo menos bancos e bancos isso levaria ou não a uma necessidade, uma regulamentação. Eu quero crer, Senador Delcídio, que nós vamos ter, na verdade, mais concorrência. Eu acho que economias fortes, economias grandes e nós vimos vários casos aqui, elas têm bancos muito fortes. Eu acho que o mais importante é que nós temos bancos a altura dos desafios que as empresas brasileiras terão pela frente. Eu acho que a concorrência tem sido bastante acirrada, foi colocado por um Senador aqui há pouco justamente a questão da disputa que tem havido por folhas de pagamento e tudo mais, o que denota uma concorrência bastante grande também na questão de busca de clientes. Então, eu quero crer que a concorrência continuará acontecendo, mas eu acho que sempre é um assunto que tem que estar sendo debatido e tem que estar se certificando de que a dita concorrência de maneira que não haja prejuízo por parte de qualquer tipo de consumidor. V. Exa. mencionou também a questão do STAR(F), volto a lembrar, STAR(F) é a sistema de tarifas que a FEBRABAN começou a trabalhar a questão de dois, três meses. Foi bem apontado por

V. Exa. Há, sim, deficiências. Nós temos reunião, inclusive, amanhã, novamente e para discutirmos um pouco a questão da governança e acho que a pressão, seja do usuário, dos PROCONS, tudo mais, tem sido extremamente positivo, ou seja, toda vez que apontam um erro eu acho que a idéia, a intenção é de trabalhar com transparência, se há deficiências, nós vamos corrigir, eu acho que ele tem que se transformar num instrumento com credibilidade, portanto, é muito importante que a gente corrija essas deficiências que possam ter aparecido inicialmente, não há interesse nenhum em ter algum site como esse que não facilite a vida dos consumidores, então, nós estamos trabalhando, não tenho a resposta específica, mas a gente já identificou que na governança precisamos reforçar de forma que haja credibilidade nesse instrumento. O consignado V. Exa. fez uma colocação com relação se houve ou não uma desconcentração, se me permita a palavra, de fato houve, se capilarizou muito, hoje existem uma série de instituições que trabalham, talvez, aquelas que entraram inicialmente tenham conseguido, até porque identificaram uma boa forma de trabalhar através de agentes, tenham conseguido uma posição forte, mas com o passar do tempo outras instituições têm se colocado também e respondendo objetivamente a sua pergunta, houve sim uma redução na concentração que caracterizou esse mercado nos primeiros momentos, a concorrência está bastante atuante e isso também tem levado e eu pego o gancho aqui na sua pergunta com relação a TLA.

TLA é a Tarifa sobre Liquidação Antecipada, talvez, um dos assuntos mais técnicos dessa conversa toda que tivemos aqui, portanto, eu vou ser superficial, talvez, Senador, mas me colocando a disposição para nos aprofundarmos. Mas eu queria colocar a essência da questão. A essência da questão e felizmente estamos discutindo agora a questão da liquidação antecipada, primeiro porque só existe essa conversa sobre liquidação antecipada porque temos prazos mais longos. Quando os prazos eram curtos não se falava sobre isso. Agora, os prazos são mais longos temos que falar sobre isso. Qual é o problema que isso causa e na verdade não é uma tarifa que se cobra, é uma Comissão ou é, na verdade, um ajuste com relação a essa dívida. Qual é a essência do problema?

A essência do problema é que e eu me permita um exemplo, se é feito um financiamento de um veículo ou de um consignado por 3 anos, houve a necessária captação pelo prazo equivalente em taxas equivalentes. Eu costumo dizer que banco não está no negócio de correr risco. Banco está no negócio de administrar risco. Portanto, o banco nunca dá dinheiro por 3 anos sem que ele tenha tomado o dinheiro pelo prazo equivalente. Existem simples casamentos que são muito bem gerenciados, mas o exemplo que eu quero pegar aqui é que ele deu dinheiro por 3 anos, ele de alguma maneira tomou, seja através de estruturas dos chamados derivativos, seja como for, mas o banco se protegeu. O que acontece é que quando alguém vai pré-pagar aquela operação o banco não tem como pré-pagar o depósito que foi feito. Portanto, ele recebe o

dinheiro de volta, ele não tem como devolver para aquele depositante, portanto, ele fica com a situação do descasamento que é herdado. Como é que isso funciona no mercado internacional? Existem várias formas com muita transparência, inclusive, no momento da negociação do empréstimo uma taxa mais alta para aqueles que querem ter o direito de pré-pagamento, uma taxa mais baixa para aqueles que não ficam com direito de pré-pagamento e nos mercados internacionais existem uma série de instrumentos que permitem o bom gerencialmente dessa situação. Não se trata apenas de não cobrar nada. Se trata de entender exatamente qual é o risco de maneira que a gente possa, isso é muito importante, que a gente possa de fato estimular o alongamento dos empréstimos no Brasil. Uma das razões do crédito em relação ao PIB ser baixo no Brasil, eu disse ao crédito imobiliário, mas a outra são os prazos muito curtos. Precisamos alongar. Portanto, esse assunto eu me permito deixar aqui nesse nível, mas eu me coloco à disposição para conversar, caso seja necessário, a questão da TLA. Eu vou aproveitar que eu estou com a palavra e também responder as colocações do Senador Antônio Carlos Gomes e depois vou passar... Antônio Carlos Júnior, desculpe. Depois passar a palavra para o Gabriel. O Senador Antônio Carlos Júnior fez colocação com relação as tarifas estarem estáveis em percentual da receita e como cresce a receita de crédito então, também está crescendo a de tarifas. Queria lembrar que as tarifas estão crescendo basicamente porque aumentou muito a base de clientes. Quando você faz um trabalho e ajusta isso para a elevação da base de clientes em termos reais não houve elevação no total de arrecadação de tarifas por parte do sistema financeiro. Ele também fez uma colocação de que as tarifas cobrem a folha de pessoal em 130%, isso é verdade. Porém, nós temos chamado a atenção para o fato de que a prestação de serviços no banco se dá cada vez mais através de investimentos em tecnologia, existe também uma parte de despesas que são terceirizadas, portanto, o que há de se olhar não é apenas a questão de despesas de pessoal, mas também o total de despesas, incluindo despesa de pessoal, de tecnologia e administrativas e nesse caso a relação, como o próprio Senador Mercadante mencionou, é da ordem de 65%. Ele também reforça essa idéia da necessidade ou da conveniência, talvez, de termos um fórum para debatermos isso e a gente está aqui, novamente se coloca a disposição caso seja interesse de V. Sas. de conversar sobre esse assunto, a gente está preparado para isso a qualquer instante. Passo aqui a palavra para o Gabriel, aquele que fez a colocação simpática do CPMF.

**SR. GABRIEL JORGE FERREIRA:** Bem, coube a mim a última pergunta sobre a questão da CPMF. Eu diria o seguinte. Impostos em geral eles nunca são bem-vindos pela sociedade. Eu acho que haverá sempre um conflito entre os interesses de FISCO e de contribuinte. O fato é que o Senado é uma instituição que tem uma tradição de tomar decisões sempre equilibradas e voltadas muito para o atendimento dos interesses do país. E eu tenho certeza que com as justificativas que foram

apresentadas e os debates aqui travados, o Senado irá tomar a decisão que ele entende como se direciona nesse rumo do maior interesse do país.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Eu queria agradecer a presença da FEBRABAN nessa audiência. Nós temos ainda um projeto em pauta, eu vou colocar imediatamente. Mas eu só queria terminar dizendo que o entendimento do Senado, desta Comissão, é que há muito tempo ainda, tanto na questão da transparência, de aprimoramento desses mecanismos que a FEBRABAN está criando, que são muito positivos, de colocar as tarifas a disposição e os serviços de todos os interessados, todos os clientes. Hoje nós temos um sistema de auto-regulação, auto-regulamentação do setor e que a nossa expectativa é que o setor, evidentemente dentro das exigências técnicas, avance no sentido de redução das tarifas e de providências em reduzir custos para que a gente possa ampliar a base de serviços bancários para a população, caso contrário, nós avançaremos no sistema de regulação pública sobre a questão das tarifas, o Governo já sinalizou nessa possibilidade e no Senado já começam a ser tomadas medidas nessa direção. Então, acho que até o final do ano nós seguramente voltaremos a tratar deste assunto e todas as informações que a FEBRABAN quiser oferecer aos Senadores nós estamos dispostos e evidentemente acompanharemos junto com o Governo as providências que serão tomadas nessa direção. Está encerrada a audiência pública. Agradeço a presença de V. Exa., Dr. Gabriel Jorge Ferreira, Dr. Fábio Colletti Barbosa e seguramente voltaremos a tratar desse assunto. Só vou pedir licença para dar prosseguimento porque nós temos ainda um ponto na pauta bastante importante. Muito obrigado.

Nós temos que votar hoje, o PL ficou acordado a sessão passada, o PLC nº. 76 que veio da... era uma Medida Provisória transformada em Projeto de Lei, que dá incentivos do PIS/PASEP e do COFINS para os setores de calçados, madeira e têxtil. Nós recebemos 17 emendas. A ampla maioria delas concernente a matéria porque trata dos setores afins a couro, têxtil e madeira. Algumas, inclusive, propõe ampliar esses benefícios para outros segmentos como é o caso da emenda do setor de camarão. Alguns setores que estão sendo propostos, a ampliação dos benefícios, o impacto fiscal é muito pequeno e eu acho que é possível ser atendido, por exemplo, é o caso de camarão e barcos. Então, são setores que eu acho que o impacto é bastante pequeno e não há dificuldade.

Há emendas que amplia para setores como máquinas e equipamentos agrícolas o impacto já é bem maior, nós teríamos que fazer um estudo para verificar a viabilidade. Agora, há uma emenda do Senador Flexa Ribeiro e Marconi Perillo que há já o compromisso da receita que é reduzir de 80 para 70% o compromisso das indústrias predominantemente exportadoras para terem os benefícios que estão estabelecidos. Então, a minha proposta de encaminhamento. Como tem 15 Medidas Provisórias chegando, se nós não votarmos imediatamente esse Projeto de Lei o risco é ficar para o final do ano ou para o ano que

vem com um prejuízo muito grande desses setores porque isto era uma Medida Provisória que estava em vigência, a Câmara transformou em Projeto de Lei e nós precisaríamos dar urgência na tramitação.

A proposta que fiz e reapresento nesse momento nós aprovarmos o projeto original hoje para ir hoje a plenário, vou defender isso no Colégio de Líderes com urgência desta Comissão, nós tentaríamos aprovar ainda hoje em plenário o Projeto de Lei que beneficia o setor têxtil, calçados e couro. E as 17 emendas seriam tratadas em um novo projeto que nós votaríamos na sessão seguinte após licitações, votaríamos a sessão seguinte ou no máximo na outra sessão, se nós não conseguirmos porque projeto de licitações é bastante complexo, votaríamos no máximo em 15 dias. O Projeto de Lei que poderia ser de autoria do Senador Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, projeto que reduz de 80 para 70% para toda a indústria os benefícios para o setor predominantemente industrial. Senador Flexa Ribeiro, então, nós aprovaríamos neste novo projeto já o compromisso de aprovar na sessão próxima ou em 15 dias o projeto que reduz de 80 para 70% o benefício para toda a indústria. Já há compromisso do Governo da receita, aprovaríamos para encaminhá-la à Câmara e trataríamos nesse projeto todas as demais demandas específicas. Eu me empenharei em viabilizar as emendas que eu acho que não tenham grande impacto fiscal que é totalmente viável. As que têm grande impacto fiscal evidentemente terão que ser discutidas com a receita, por exemplo, máquinas e equipamentos agrícolas já é um tema muito abrangente, diferente de tratar um setor específico como é o caso de camarão ou beneficiamento de couro que são setores bastante específicos que poderiam estar dentro desse esforço. Pergunto se há acordo nesse encaminhamento?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Para discutir, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN):** Sr. Presidente, eu me inscrevo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Em seguida Senador Garibaldi.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Senador Eliseu Resende, senhores Senadores. A proposta de V. Exa. acho que ela pode ser acatada pelos membros da CAE já que V. Exa. faz um compromisso de que apresentado o projeto que reduz o benefício do RECAP para as empresas que tenham 70%, de 801, de redução de 80 para 70% o total das suas exportações e esse já haveria acordo pelo que V. Exa. diz da Receita Federal. Agora, as outras emendas que foram apresentadas, que diz respeito a alguns setores da maior importância para o Estado do Pará que é um Estado eminentemente exportador e acredito para outros Estados da Federação Brasileira que diz respeito a questão do setor pesqueiro e do setor de óleos e gorduras e o

setor madeireiro, V. Exa. diz que isso será objeto de uma análise, de uma reunião com a Receita Federal para que seja incorporado neste novo projeto--.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** De qualquer forma nós votaremos no caso dessas emendas no projeto que já há acordo para ser aprovado que é o projeto de redução de 80 para 70. Mas eu acho que mais do que aprovar, é importante negociar previamente para não ter veto ou não ter dificuldade de tramitação na Câmara. Alguns setores eu acho que seguramente é possível e é sensível que seja aprovado como é o caso de camarões, castanha de caju, setor pesqueiro que são setores que a minha avaliação o impacto PIS/COFINS é bastante pequeno. Agora, há emendas aqui que a abrangência é muito grande, o impacto fiscal é muito grande e eu não tenho a menor chance de assumir nenhum compromisso antes de sentar com a receita previamente.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu entendo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Então, compromisso firmado, nós aprovaremos o projeto redução de 80 para 70 para toda a indústria, seria um projeto de autoria de V. Exa., Senador Marconi Perillo, eu me disponho a continuar a relatoria e aprovarmos a semana que vem no máximo em 15 dias e nesse projeto, reduzir de 80 para 70% os benefícios do RECAP para a indústria predominantemente exportadora. Então, a receita já tem acordo com esse encaminhamento. E neste projeto nós negociaremos castanha de caju, camarões, mesa de bilhar, móveis, tem um conjunto de pequenos setores--..

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Exportador líquidos... o caju é exportador líquido. Então, você fica... querendo ou não o caju termina prejudicado, é um exportador líquido. O camarão também... praticamente também é um exportador líquido. Precisava...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Nós trataríamos esses setores... eu acho que haverá grande sensibilidade da receita porque o impacto fiscal é muito pequeno e são setores eminentemente exportadores. A redução de 80 para 70 atinge toda a indústria brasileira, é um benefício horizontal de grande alcance. Esse projeto a receita tem compromisso já de aprovar. Nós aprovaríamos esse texto que acordei hoje com o Secretário Rachid, e neste texto nós negociaremos as demais emendas para aprovar o projeto como está hoje, tentar votar no plenário se possível entre hoje e amanhã para poder ir a sanção e não prejudicar o setor têxtil, moveleiro, calçados e couro porque isso é uma Medida Provisória que estava em vigência e como transformou... o setor todo foi prejudicado por uma mudança que o Congresso fez na tramitação da matéria. Então, se houver acordo.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Sr. Presidente, nós vamos aprovar o da Câmara...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Aprovamos o da Câmara hoje.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Com esse compromisso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** E terça-feira que vem, no máximo 15 dias, porque não sei se a gente consegue, na lei de licitações, votar todas as 54 emendas e aprovar esse projeto ou terça, ou no máximo em 15 dias, nós aprovaremos o projeto, Senador Flexa Ribeiro apresentaria, de aumentar de 70... de reduzir de 80 para 70% os benefícios para a indústria predominantemente exportadora e neste texto nós negociaremos as demais emendas.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu só queria fazer uma observação, Senador Mercadante. Eu acho que o projeto é meritório, ele vem atender o setor exportador que necessita do apoio do Governo até para que ele possa manter o excedente da balança comercial que já está havendo redução em função do aumento das importações em relação ao aumento das exportações. A importação tem subido substancialmente mais. Mas eu gostaria de fazer uma observação. Uma das emendas que eu propus ele estende a proposta do Governo original que era para móveis de madeira, estende para o setor madeireiro. No projeto que veio da Câmara ele já incorporou a parte da emenda que eu fiz dando esse benefício para empréstimo em financiamento para o setor madeireiro, mas não na questão do crédito, desconto de crédito do PIS/PASEP COFINS.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** É a mesma questão que o Senador Francisco Dornelles quer estender para beneficiamento de couro. Então são alguns setores afins à matéria que nós precisaríamos construir.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pois é.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Então, vamos sentar e vamos construir daqui até a próxima terça no máximo 15 dias.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu gostaria de ter de V. Exa. o compromisso de Governo de que este projeto não será aprovado por nós do Senado e ficará engavetado na Câmara.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Então, o compromisso de Governo que eu posso assumir neste momento é o compromisso da redução de 80 para 70% e o compromisso de Governo é tratar, porque nós não sabíamos nem quantos setores são, são 18 setores que estão sendo propostos. Vai ter que sentar e negociar caso a caso. E nós sentaremos com o Governo. E de qualquer forma vai a voto, projeto que será aprovado a semana que vem ou em 15 dias que é da redução de 80 para 70.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Mas o acordo que for feito no Senado será respeitado na Câmara?

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Será respeitado na Câmara. Por isso que eu proponho a gente negociar com a receita e tentar construir o acordo completo porque é muito melhor aprovar dentro do acordo do que simplesmente aprovar uma emenda que fica a sinalização do Senado ou cai na Câmara ou depois o Governo veta ou nem aprova o projeto.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Sr. Presidente, então eu proporia um aparte ao Flecha...

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO:** Sr. Presidente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Senador Inácio, só antes o Senador Garibaldi estava inscrito, depois V. Exa.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu ainda não conclui, Presidente. Ele pediu um aparte, se V. Exa. conceder.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Eu dou um aparte ao caju, mas o pessoal do camarão também quer outro aparte.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Camarão o Pará é um grande exportador também.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Camarão sem caju não vai funcionar. Não vai existir.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** E muito. O Senador Delcídio, o Pará é o maior produtor de pescado do Brasil, a gente disputa com Santa Catarina e camarão, camarão também é um grande exportador de camarão. E o camarão e lagosta que é exportada não pelo Pará, pelo Ceará, mas é capturado nas costas do Pará, já disse isso ao Senador Inácio Arruda, ao Senador Tasso Jereissati, a Senadora Patrícia Saboya. O Senador Tasso disse que a lagosta do Ceará tem sotaque da Amazônia, e deve ter realmente, porque o sotaque nordestino todos nós reconhecemos facilmente. Mas o que eu pediria a V. Exa., nós entendemos a urgência, mas é estranho que o Governo que quer tramitar com essa urgência agora tenha retirado a Medida Provisória da Câmara e tenha transformado em Projeto de Lei. Se houvesse a intenção do Governo de fazer realmente caminhar de forma acelerada teria mantido a Medida Provisória que já estaria aprovada nesse instante. Mas eu entendo a questão política da retirada da Medida Provisória. Eu quero dizer que com relação a questão da proposta de V. Exa. nós vamos discutir só peço a V. Exa. que a gente possa agilizar o processo para que ainda este ano...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Não, em quinze...

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Aprovação a nível da Câmara Federal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Na Comissão e no máximo 15 dias nós aprovaremos.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Sim, mas a mesma presteza que nós vamos ter aqui no plenário...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** A mesma presteza, votaremos urgência na Comissão para ir ao plenário.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Votar no plenário e na Câmara que não fique lá...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Aprovamos o projeto e pedimos urgência ao plenário.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Sr. Presidente, eu sugiro a V. Exa. que patrocine uma reunião da Comissão, no gabinete de V. Exa., com esses setores e Governo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Hoje nós temos...

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Se possível antes da votação da matéria no plenário.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Hoje nós temos uma reunião para tratar a lei de licitações. Então, ficaria para a próxima terça-feira, quinze horas na liderança do Governo, Senador Romero Jucá a negociação...

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Não pode ser amanhã, Sr. Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** E desse benefício.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Porque o Senador Inácio está propondo que seja antes da aprovação em plenário.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Não. Hoje nós já temos a negociação agora a tarde para tratar da lei de licitações.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Então, eu proponho as quinze horas na Liderança do Governo. Eu proponho na próxima terça as quinze horas nós trataríamos. Pode ser amanhã também.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Amanhã também...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Vou tentar construir para amanhã com o Rachid, Secretário da Receita Federal para fazermos a reunião amanhã para tratar desses setores.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu acompanho o Senador Inácio como da base do Governo a preocupação dele de fazer antes da aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** V. Exa. prepara a peixada e ele trará a castanha caju de aperitivo. Vamos agora ao camarão. Senador Garibaldi.

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN):** Sr. Presidente, o que eu estou achando é que na Comissão vai ser muito fácil, diante da obstinação de V. Exa. vai ser muito fácil se aprovar. Agora, no plenário com essas 15 Medidas Provisórias que V. Exa. mesmo está tentando fazer com que esse projeto possa se antecipar a isso, no plenário a história poderá ser diferente. Então, isso poderá demorar tanto que o recesso virá e nós não vamos aprovar uma medida como essa. Criou-se a expectativa de que nós poderíamos ter um tratamento igualitário para o camarão. V. Exa. mesmo disse. São atividades afins.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Senador Garibaldi... eu estou indo agora na reunião de líderes para tratar dessa matéria entre outras. Nós... inclusive, pedindo urgência para ir para lá. Nós temos apenas duas Medidas Provisórias na pauta. A gente faz acordo para aprovar entre hoje e amanhã esse Projeto de Lei. O outro precisa cinco dias de prazo, precisa apresentar hoje para contar cinco dias de prazo para poder estabelecer as emendas. Então, nós só poderíamos votar na terça-feira que vem. Fazendo a reunião amanhã com a receita nós podemos votar na terça-feira que vem. Qual é o problema desses setores? É que esses setores já estavam beneficiados, as medidas já estavam em andamento e ficou sustado os benefícios pela tramitação no Congresso. Então, nós aprovaríamos... porque também Medidas Provisórias outras 13 estão lá na Câmara. Se nós não mandarmos esse projeto com as emendas para lá não chega. Então, é melhor aprovar isso agora e tratar no outro projeto as demais emendas. Eu peço esse entendimento. Vamos votar? Então acordo? Os Senadores que são favoráveis ao PLC 76 na forma do parecer do relator, permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Flexa apresenta o projeto ainda hoje e nós começamos a negociação amanhã com a Receita Federal. Agradeço a presença de todos os Senadores. Encerrada a sessão. Peço a urgência... peço urgência ao plenário. Os Senadores que são favoráveis a urgência, permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai com urgência ao plenário.

---

*Sessão encerrada às 13h20.*